



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

KELLY MEDEIROS DE OLIVEIRA BARBOSA

A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE ALAGOAS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL
DOS ESTUDANTES

Maceió/ AL

2020

KELLY MEDEIROS DE OLIVEIRA BARBOSA

**A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE ALAGOAS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL
DOS ESTUDANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos

Maceió/ AL

2020



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

B238e

Barbosa, Kelly Medeiros de Oliveira.

A extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas: contribuições para formação integral dos estudantes / Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa. – 2020.

120 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof^ª. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos.

Dissertação de Mestrado - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Educação Profissional. 2. Ensino. 3. Formação Omnilateral. I. Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

KELLY MEDEIROS DE OLIVEIRA BARBOSA

**A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE ALAGOAS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL
DOS ESTUDANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 27 de outubro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Maria do Socorro F. dos Santos

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Orientadora



Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Valéria Campos Cavalcante

Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

KELLY MEDEIROS DE OLIVEIRA BARBOSA

EXTENSÃO NO IFAL: APREDIZAGEM PARA ALÉM DOS MUROS DO INSTITUTO.

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado e aprovado em 27 de outubro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Maria do Socorro F. dos Santos

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Orientadora

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Valéria Campos Cavalcante

Profa. Dra. Valéria Campos Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho a minha família, em especial, a meu esposo Cristiano e a meus filhos Letícia e Lucas que me compreenderam e apoiaram nesta doce e difícil jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades que me foram concedidas;

A minha mãe pela eterna dedicação, em especial, pelo empenho em me proporcionar acesso à educação de qualidade;

A meu esposo por não permitir que eu desistisse desse sonho;

Aos meus filhos por compreenderem minhas ausências necessárias à finalização deste projeto;

A minha orientadora, por todo conhecimento compartilhado, pela dedicação e compreensão durante essa jornada;

A minha tia Vera, que nunca desistiu de me trazer para esse universo encantador da educação;

A minha irmã Liss e ao meu Pai Marcelo, pelo incentivo constante aos estudos;

Aos amigos Adriana, Marcela, Andressa, Franchesco, Deyvisson, Jonathan, Rafael e Lindinalva por dividirem comigo essa caminhada e por todos os momentos de satisfação e sofrimento que partilhamos.

A minha turma do Profept, obrigada pelo incentivo coletivo sempre que cada um de nós precisou, pelo aprendizado acadêmico que cada um me acrescentou, pelo exemplo de superação em cada história e, especialmente, por me permitirem fazer parte da história de vocês.

Aos professores Nelson Vieira e Valéria Campos por fazerem parte das bancas de qualificação e defesa por toda a contribuição à construção desse trabalho.

Aos professores Fábio Castilho e Patrícia Galvão por aceitarem o convite para participar da banca de defesa como suplentes.

Aos meus professores do Profept, aprendemos juntos sobre o programa, tenho muito orgulho de fazer parte da primeira turma dessa história e cada um de vocês me acrescentou muito academicamente e pessoalmente.

Aos Pró-Reitores de Extensão, Altemir Secco e Abel Coelho, pelo apoio a esta pesquisa durante suas respectivas gestões.

Aos amigos da Proex, que me incentivaram, contribuíram com a escolha desse tema e com o levantamento de dados.

Às minhas funcionárias, Cristina e Alexandra, que cuidaram dos meus filhos com carinho nos momentos em que necessitei.

Aos estudantes e profissionais do Ifal que contribuíram participando dessa pesquisa.

Aos colegas do grupo nacional por todo suporte técnico e acadêmico, e também pelas partilhas nos momentos de angústia.

Aquele que é enchido por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.

(Paulo Freire, 1969)

RESUMO

O mundo do trabalho vem passando por diversas transformações ao longo dos anos. A chamada reestruturação produtiva que tem sua lógica derivada por um contexto social, político e econômico marcado pelas crises financeiras criou novas necessidades para o trabalhador e conseqüentemente para o aluno da educação profissional. Como instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas propõe a formação do profissional politécnico, crítico, conhecedor das dinâmicas do mundo produtivo, engajado com a sociedade e consciente de seu papel na transformação da realidade. Oferecendo uma educação baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição propicia o acesso do estudante aos princípios do trabalho, seus fundamentos científicos e à cultura. Além disso, possibilita também a relação do estudante com a comunidade de forma que este seja capaz de entender suas necessidades e atuar conjuntamente no sentido de superá-las. O objetivo da dissertação foi desenvolver um produto educacional com a finalidade de aprimorar o conhecimento dos discentes a respeito das ações de extensão e despertar-lhes o interesse para participação. Trata-se de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, que se propõe a utilizar como instrumentos metodológicos questionário semiestruturado e entrevistas. No primeiro momento da pesquisa, fase diagnóstica, participaram desse estudo, discentes matriculados em 2019 do Campus Marechal Deodoro, divididos em dois grupos: o primeiro com estudantes que nunca haviam participado de ações de extensão e o segundo, com os bolsistas das ações de extensão desenvolvidas no Campus. Os dados apontaram que a participação nas ações de extensão contribui para a formação omnilateral dos bolsistas. No entanto, a maior parte dos alunos desconhece as ações de extensão que são desenvolvidas no instituto. Na segunda fase da pesquisa, foi desenvolvida a cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do instituto. Nesse momento, o produto educacional passou pela avaliação de três segmentos: a) estudantes concluintes dos cursos de nível médio integrado do campus; b) gestores e; c) servidores da Pró-Reitoria de Extensão. Os avaliadores foram unânimes quanto a relevância do conteúdo da cartilha para o nível de conhecimento dos estudantes do ensino médio e que, sua linguagem e aspectos ilustrativos cumprem com o objetivo de informar e incentivar a participação dos estudantes do ensino médio nas ações de extensão. Assim, podemos concluir que esta pesquisa demonstra a relevância da extensão na formação integral dos alunos bem como sua importância no cumprimento da função social do instituto.

Palavras-chave: Ensino. Educação Profissional. Formação Omnilateral.

ABSTRACT

The labour world has undergone several transformations over the years. The so-called productive restructuring, which has its logic derived from a social, political and economic context marked by financial crises, created new needs for the employee and, consequently, for the professional training student. As an institution from the Federal Professional and Technological Education network, the Federal Institute of Education, Science and Technology of Alagoas proposes the formation of a critical polytechnic professional, with knowledge of the dynamics of the productive world, engaged with society and aware of his role in the transformation of reality. Offering an education based on the inseparability between teaching, research and the extension programs, the institution provides the student with access to the fundamentals of work, its scientific foundations and culture. In addition, it also enables the student's relationship with the community so that they are able to understand their needs and act together to overcome them. The goal of the dissertation is to develop an educational product in order to improve students' knowledge about extension programs' actions and awaken their interest in participating. It is an action research with a qualitative approach, which proposes to use a semi-structured questionnaire and interviews as methodological instruments. In the first stage of the research, the diagnostic phase, students enrolled in the year of 2019 on the Marechal Deodoro campus participated in this study, divided into two groups: the first with students who had never participated in extension programs' actions, and the second with the scholarship holders from the extension programs' actions developed on the same campus. The data showed that participation in extension programs' actions contributes to a comprehensive or total training of scholars. However, most students are unaware of the extension programs' actions that are developed inside the institute. In the second phase of the research, the digital booklet *Extension at Ifal* (Federal Institute of Alagoas) was developed: learning beyond the walls of the institute. At this time, the educational product went through the assessment of three segments: a) graduating students from integrated high school courses on campus; b) managers and; c) servers from the Dean of Extension Programs. The evaluators were unanimous as to the relevance of the booklet's content to the level of knowledge of high school students and that, its language and illustrative aspects comply with the goal of informing and encouraging high school students of the importance in participating in actions from extension programs. Thus, we can conclude that this research reveals the relevance of extension programs in the integral training of students as well as its importance in fulfilling the social function of the institute.

Keywords: Teaching. Professional training. Comprehensive/total education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantitativo de ações de extensão (2010-2019)	54
Figura 2 - Quantitativo de pessoas beneficiadas pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2011 – 2019)	55
Figura 3 - Grau de satisfação das pessoas beneficiadas pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2015 – 2019)	55
Figura 4 - Quantitativo de municípios atendidos pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2015 – 2019)	56
Figura 5 - Municípios Alagoanos atendidos pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2019)	57
Figura 6 - Quantitativo de estudantes envolvidos em ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2010 – 2019)	58
Figura 7 - Idade dos bolsistas de extensão	59
Figura 8 - Curso e período dos bolsistas de extensão	60
Figura 9 - Motivo para a participação em ações de extensão (Poderia ser marcada mais de uma alternativa)	60
Figura 10 - Importância da participação em ações de extensão (Poderia ser marcada mais de uma alternativa)	62
Figura 11- Relevância da bolsa (Pode ser marcada mais de uma alternativa) ...	63
Figura 12 - Recomendação da participação dos colegas em ações de extensão	64
Figura 13 - Avaliação da própria ação de extensão	65
Figura 14 - Avaliação da atuação do coordenador da ação de extensão	65
Figura 15 - Avaliação do apoio do campus para a extensão	66

Figura 16 - Idade dos alunos não participantes de ações de extensão.....	67
Figura 17 - Curso e período dos alunos não participantes de ações de extensão	67
Figura 18 - Percepção dos alunos a respeito de extensão	68
Figura 19 - Conhecimento a respeito das modalidades de atividades de extensão	70
Figura 20 - Visita ao site do ifal em busca de informações a respeito de extensão	70
Figura 21 - Capa da cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto.....	73
Figura 22 - Sumário da cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto.....	73
Figura 23 - Identificação dos avaliadores	75
Figura 24 - Avaliação do Produto Educacional.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Depoimentos dos avaliadores a respeito do produto educacional.....	77
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET Centro de Federal de Educação Tecnológica

CEFET-AL Centro de Federal de Educação Tecnológica de Alagoas

CEFET-MG Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEFET-RJ Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNS/MS – Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde

CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão

CONIF - Conselho Nacional de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

EAFS – Escola Agrotécnica Federal de Satuba

EC – Emenda Constitucional

EPTC – Educação Profissional, Científica e Tecnológica

ETF - Escola Técnica Federal

ETFAL - Escola Técnica Federal de Alagoas

FOREXP – Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares

FOREXT – Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FORPROEXT – Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciências e Tecnologia

lecs - Instituições Comunitárias de Ensino Superior (lecs)

Ifal – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

IPES – Instituições Públicas de Educação Superior

GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de desenvolvimento Institucional

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT – Programa de Fomento à Extensão Universitária

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESU – Secretaria de Ensino Superior

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UAB – Universidade Aberta do Brasil

Ufal – Universidade Federal de Alagoas

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 Extensão universitária e as influências de ordem política	22
2.1.1 A Extensão na Década de 80: Avanços e Visibilidade das ações	28
2.2 As concepções de trabalho no sistema capitalista.....	33
2.2.1 A educação para além da subsunção do trabalho.....	36
2.3 Um recorte histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Ifal	40
2.3.1 O novo perfil identitário do Ifal: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.....	42
2.3.2 A extensão no Instituto Federal de Alagoas e a Formação Integral	44
3 METODOLOGIA	49
3.1 Etapas do Processo Metodológico	49
3.1.1 Fase Diagnóstica	51
3.1.2 Desenvolvimento do Produto Educacional: Cartilha Digital	51
3.1.3 Avaliação do Produto Educacional	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
4.1 A Extensão no Ifal.....	54
4.2 Avaliação Diagnóstica: Bolsistas de Ações de Extensão em 2019.....	59
4.3 Avaliação Diagnóstica: Alunos NÃO Participantes de Ações de Extensão	67
5 PRODUTO EDUCACIONAL	72
5.1 Avaliação do Produto Educacional.....	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79

REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES	91
APÊNDICE A – Produto Educacional.....	92
APÊNDICE B - Questionário – Bolsistas de Extensão	113
APÊNDICE C - Questionário – Alunos que não participam de ações de Extensão	116
APÊNDICE D - Formulário de avaliação de Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): “Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto.”	118

1 INTRODUÇÃO

Efetivamente, essa pesquisa é motivada pela atuação da pesquisadora como servidora lotada na Pró-Reitoria de Extensão do Ifal que desenvolve suas funções, também, junto aos estudantes nas ações inerentes a este setor. Assim sendo, teve a intenção principal de desenvolver um produto educacional que proporcione maior acesso dos estudantes às ações de extensão para que estes participem com maior efetividade das propostas ofertadas.

Para tanto, foi investigado o nível de conhecimento dos estudantes a respeito das ações de extensão desenvolvidas no âmbito dessa instituição e analisado o impacto da participação dos bolsistas nessas ações para a sua formação acadêmica omnilateral.

A educação politécnica, unitária e omnilateral possibilita aos sujeitos o acesso aos conhecimentos da produção moderna, à cultura e ao trabalho em seu sentido ontológico e também como prática econômica que promove a subsistência. Segundo Saviani (2007), o trabalho em seu sentido ontológico separa o homem das outras espécies, o ser humano se constitui por sua capacidade de intervir na natureza, transformando-a conforme suas necessidades. É nesse sentido de trabalho que deve pautar-se a educação, entendendo os sujeitos como seres capazes de transformar suas realidades na perspectiva da interação social e emancipação humana e não de adaptar-se a elas.

Devido ao tempo disponível para a conclusão da pesquisa foi escolhido como amostra representativa apenas os estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado dos cursos diurnos do Campus Marechal Deodoro. A partir da análise dos resultados obtidos percebeu-se a necessidade de desenvolvimento de um produto educacional com o objetivo de divulgar a extensão no âmbito do Ifal utilizando uma linguagem acessível aos estudantes, materializado em uma cartilha digital a ser disponibilizada no site da Proex.

A Lei nº 11.892/08, a qual criou os Institutos Federais estabelece, entre seus objetivos, desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica. As ações, nessa área, devem articular-se com os princípios e finalidades do mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Em consonância com a Constituição Federal/88, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal) propõe o desenvolvimento do sujeito omnilateral, completo, com formação voltada para o trabalho, autônomo e consciente de seu papel na construção de uma sociedade mais humana e justa.

O Ifal, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019 – 2023), define a sua missão nos seguintes termos:

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir no desenvolvimento sustentável (IFAL, 2019, p.39).

As ações extensionistas são a ponte entre o Ifal e a sociedade, pois proporcionam acesso da comunidade aos conhecimentos desenvolvidos no instituto e aos estudantes a possibilidade de vivenciar a realidade social e entender o seu papel como cidadão crítico e participativo, utilizando o conhecimento de que se apropria para intervir na solução dos problemas dessa comunidade, bem como descobrir conhecimentos populares e entender o fundamento científico dos mesmos.

O PDI traz também a concepção da extensão na esfera do Ifal e classifica as ações nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e eventos.

A extensão – indissociável ao ensino e à pesquisa – é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes seguimentos sociais, no incentivo e apoio educativo que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológicos, cultural, político e educacional (IFAL, 2019, p.114).

Serão considerados programas o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico-institucional, integração no território ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo (IFAL, 2019, p.109).

Os cursos de extensão são ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária superior a 8 (oito) horas, critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Serão classificados como: de formação inicial ou de formação continuada, podendo

ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância (IFAL, 2019, p.109).

Os projetos são o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada (IFAL, 2019, p. 109).

Os eventos também são considerados como ações de extensão. Essas ações envolvem a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo Ifal.

Estão incluídos nessa categoria: campanhas, palestras, ciclos de estudos ou de palestras, circuitos, concertos, espetáculos, recitais, *shows*, exibições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos dentre outros (IFAL, 2019, p. 109).

Partindo dos princípios da educação politécnica, omnilateral e unitária para a superação do modelo dualista essa pesquisa propôs-se a fazer uma análise de como as ações de extensão desenvolvidas no Ifal podem contribuir para a formação do cidadão autônomo e participativo, voltado ao conhecimento e às possibilidades de melhoria das demandas propostas pela sociedade.

Considerando o exposto, propomos como objetivo principal analisar o nível de conhecimento dos estudantes do Ifal com relação às ações de extensão com vistas a aprimorar seu conhecimento a respeito desse tema e despertar o interesse para a participação.

Com base nessas reflexões, esse estudo foi norteado a partir das seguintes perguntas de pesquisa: Qual nível de conhecimento a respeito das ações de extensão têm os estudantes que não possuem vínculo com essas ações? De que modo a Pró-Reitoria de extensão (Proex) pode consolidar uma proposta que unifique as orientações sobre as ações de extensão? Como apresentar de forma atrativa e com uma linguagem acessível as ações de extensão de modo a despertar o interesse pela integração entre teoria e prática profissional a partir da interação junto à comunidade externa?

Esta pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma cartilha digital a fim de divulgar a extensão no âmbito do Ifal utilizando uma linguagem acessível aos estudantes. E por objetivos específicos: analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da trajetória da educação profissional no Brasil; apresentar o panorama histórico do surgimento da extensão universitária analisando sua trajetória até os dias hodiernos e como o contexto político a influencia; apresentar a evolução da extensão no âmbito do Ifal e compreender a percepção dos bolsistas acerca da importância da extensão para a sua formação omnilateral.

Nesse sentido, o trabalho foi organizado por seções: na primeira será apresentada a discussão teórica que norteia a pesquisa, as bases conceituais que fortalecem a compreensão e a importância do estudo e que estão alinhados com a proposta do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Esta, foi dividida em subseções com as seguintes temáticas: a) Extensão Universitária e as influências de ordem política; b) As Concepções de Trabalho no Sistema Capitalista e; c) Um recorte histórico do Ifal. Após essa discussão teórica, será apresentada a segunda seção, a metodologia utilizada e as etapas da pesquisa para a elaboração do produto educacional. Na terceira seção será apresentado o Produto Educacional a partir de todas as etapas vivenciadas para sua materialização e por fim, na última seção as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Extensão universitária e as influências de ordem política

Para entender a importância da extensão na nova identidade do Ifal e sua indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, faz-se necessário destacar a essência dessa dimensão da formação discente desde sua origem.

Segundo Nogueira (2005), a extensão universitária surge na Inglaterra, em meados do século XIX com a proposta de oferecer cursos a qualquer adulto não estudante da universidade. Anos depois, são encontrados registros de extensão nas universidades americanas, sendo caracterizada pela prestação de serviço, nas áreas rural ou urbana. Como pode ser observada, a extensão é identificada como a exportação do conhecimento do meio acadêmico para a comunidade externa.

Nogueira (2005) continua a análise sobre a extensão universitária examinando sua origem no Brasil, que ocorreu na antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, a qual ministrava cursos gratuitos sobre temas diversos para a população em geral. Anos mais tarde, a antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG (atualmente Universidade Federal de Viçosa), criada em 1926, iniciou a prestação de serviços na área rural.

A autora relata ainda que o primeiro documento legal que versa sobre extensão é o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 sendo denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras. Na exposição de motivos desse documento, o então Ministro da Educação Francisco Campos diz:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando, assim, mais amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais. (BRASIL, 1931)

Para Nogueira (2005), o trecho citado deixa clara a intenção do ministério em utilizar a extensão para propagar os valores de uma classe hegemônica que defendia a ordem política que se instaurava no país. Nos anos seguintes a extensão passa a

ser definida como uma atividade dependente da pesquisa e do ensino, limitando-se à divulgação da pesquisa produzida pelas universidades e ao reforço do ensino elitista ministrado a uma camada privilegiada da população.

Em 1961 é promulgada a lei 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A presente lei trata de extensão mantendo as mesmas características anteriores:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961).

Contudo, Nogueira (2005) relata que no período de 1960 a 1964, os estudantes universitários realizaram diversas atividades de extensão. A UNE - União Nacional dos Estudantes concebia a extensão como uma troca de experiências entre estudantes de áreas profissionais afins através do atendimento a comunidades carentes e propiciando ao estudante a reflexão sobre essas ações.

Serrano (2013) destaca que no início dos anos 60 surgiu um movimento intitulado de “Extensão Cultural” na Universidade do Recife, um marco na história, pois foi nesse período que Paulo Freire iniciou seus trabalhos extensionistas e suas teorias educacionais. As ideias Freinianas mostraram-se eficazes e fortaleceram uma nova concepção de extensão. No entanto, com o golpe militar Freire é exilado do país e a publicação de suas ideias torna-se proibida.

Leite e Nunes (2009) relatam que com a mudança do regime político brasileiro em 1964 os discentes e docentes envolvidos em extensão universitária sofrem repressão. Apesar da coibição militar, a universidade continua recebendo críticas de docentes e do movimento estudantil principalmente por ser uma “estrutura oligarca, dominadora do saber e centralizadora de poder”. Em razão desses movimentos o governo cria o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU, o qual origina a Lei 5.540/68. Destacamos nesta lei os seguintes artigos:

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; (BRASIL, 1968).

Conforme o documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX – (2013a) percebe-se uma visão reducionista do tema nos documentos legais, os quais desconsideram a dimensão acadêmica e a possibilidade de utilizar a interação com a comunidade externa como uma avaliadora do conhecimento produzido pela universidade, oportunizando a releitura e reconstrução do pensamento. Adverte ainda para a alínea a do art. 40 por trazer a extensão como atividade a ser desenvolvida por discentes, não incluindo os docentes no processo e desvinculando-a do ensino e da pesquisa.

Segundo Rocha (1983-1984) a história da extensão universitária brasileira é dividida em três períodos. O primeiro, entre 1912 e 1930, citado anteriormente, foi caracterizado por cursos de extensão e pela prestação de serviços.

O segundo vai de 1930 a 1968, período em que o país passa pelo nacional desenvolvimento populista e pelo estabelecimento da hegemonia militar, a qual procura redefinir as funções universitárias com vistas a atender os anseios do capitalismo internacional, é caracterizado tanto pela presença de ações isoladas e assistencialistas quanto pelo surgimento de ações de iniciativas dos docentes e dos movimentos estudantis, as quais vieram a inspirar programas maiores nas universidades nas décadas seguintes.

O terceiro período, considerado de maior institucionalização da extensão, entre 1968 e 1976, é caracterizado por uma melhor organização administrativa em nível nacional, surgindo programas apoiados pelos ministérios e também departamentos para a discussão a respeito do assunto, ligados ao Ministério da Educação (MEC).

Nesse período, dois projetos de extensão de alcance nacional merecem destaque, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e o Projeto RONDON.

Leite e Nunes (2009) referem-se ao programa CRUTAC como uma modalidade de extensão universitária implantada pelo governo federal a partir de 1966, tendo como primeira universidade a aderir a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, chegando a incluir um total de 22 universidades, recebendo financiamento da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Os autores esclarecem que o programa foi criado devido à reformulação do ensino universitário através da Lei 5.540/68 a qual instituía que os discentes participariam de programas de extensão com vistas a atender as comunidades.

O CRUTAC, para Leite e Nunes (2009) estava em conformidade com as intenções militares, as quais se interessavam em demonstrar sua preocupação com a classe mais pobre. No entanto, Paiva (1986) destaca que, nesse período, a universidade era tida como o berço do conhecimento e da cultura e a função dos programas de extensão era instruir os “sem cultura”.

Segundo Leite e Nunes (2009) as políticas de saúde implantadas pelo governo federal no referido programa concediam prioridade aos tratamentos curativos em detrimento das medidas educativas preventivas. O que demonstra o cunho assistencialista, a falta de preocupação com a educação da população e com a melhoria de sua qualidade de vida em longo prazo.

A mesma obra também aponta o desenvolvimento do programa na Universidade Federal do Piauí – UFPI, mostrando o início do projeto com um caráter mais assistencialista, fugindo dos princípios da interdisciplinaridade acadêmica buscada pelos discentes e docentes através da extensão, contando apenas com dois professores que residiam na cidade atendida. No entanto, ao longo do tempo, a equipe cresceu e modificou seu posicionamento em relação às formas de ensinar. No início de 1979 o CRUTAC - PI deixou de ser composto por ações eventuais e passou a ir de encontro ao que havia sido proposto inicialmente. Através dessa experiência, o regime militar permitiu o surgimento de outros programas alternativos fazendo ressurgir aos poucos criticidade universitária.

Conseqüentemente, Leite e Nunes (2009, p. 433) chegam a seguinte conclusão através da leitura do Relatório das atividades do ano de 1979 desenvolvidas pelo CRUTAC – PI:

Nesse sentido, entende-se que a extensão desenvolvida no CRUTAC foi rica em interação com a comunidade, todavia não se pode negar seu caráter assistencialista, pois entende-se que os preceitos de uma interação sistematizada com a comunidade vise não só contribuir para o seu desenvolvimento, mas dela busca experiências para avaliação e revitalização do ensino e da pesquisa.

Outro Projeto de extensão desenvolvido durante o período da ditadura militar foi o RONDON. Como pode se observar em FORPROEX (2013a) a ideia foi lançada em um evento na Universidade do Estado Guanabara em 1966 e instituído pelo Decreto nº 62.927, de 23 de junho de 1968, vinculado ao Ministério do Interior.

Conforme apontam Saveli e Teixeira (2006) o lema do projeto RONDON era “Integrar para não Entregar” baseado na ideia de que o país precisava unificar-se para

manter o Território Nacional afastado das influências internacionais e políticas do momento. Segundo as autoras, o projeto recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon, um militar que desempenhou importante papel na ocupação da Amazônia.

Santos e Mendes (2005) discorrem a respeito dos programas que integravam o projeto RONDON, o qual se inicia com as Operações Nacionais ou Federais que ocorriam nas férias de verão, ou seja, nos meses de janeiro e fevereiro. Os núcleos coordenadores preparavam as ações em conjunto com os órgãos locais e os discentes compunham equipes multidisciplinares para a execução do projeto. Em seguida, surgiam as Operações Regionais que desenvolviam as mesmas ações das nacionais, no entanto, os estudantes atuavam em seu Estado de origem no período das férias de inverno, meses de junho e julho. Havia também as Operações Especiais desenvolvidas nas cidades sedes das universidades com vistas a atender demandas locais, especificamente nas periferias.

O FORPROEX (2013a) descreve que essas operações passam a sofrer diversas críticas em função do caráter esporádico, do enfoque assistencialista e da falta de envolvimento da universidade em seu planejamento, o que resultava em ações de extensão desarticuladas do ensino e da pesquisa. Como consequência o governo implanta, a partir de 1969, os Campi Avançados. Essas unidades, conforme Santos e Mendes (2005) constituem polos de desenvolvimento regional, unidades físicas, a maioria instalada no Amazônia e administradas por universidades. Contando com a presença constante de professores e estudantes, importante destacar que o Campus Avançado foi o único programa do projeto RODON considerado extensionista pelo MEC. Sobre diversas críticas pela falta de parceria com as universidades locais o programa é extinto em 1989.

Paulo Freire (2013) em seu livro “Extensão ou Comunicação?” traz uma produtiva discussão sobre este termo. Ele evidencia o fato da palavra extensão remeter a ideia de que o conhecimento parte da universidade e estende-se à comunidade, sendo essa apenas uma receptora. Essa forma de contato com a sociedade caracteriza o que o autor chama de invasão cultural, quando um sujeito invade o espaço cultural de outro impondo seus valores, pensando para aquele que sofre a ação. Nesse contexto o homem é tratado como objeto.

Em sua obra, o autor traz uma nova concepção sobre o termo, a de que a extensão deve partir da comunicação, ou seja, do diálogo, da troca de conhecimentos.

Para que essa troca efetivamente ocorra, é necessário que haja o uso de símbolos linguísticos comuns a ambos de modo que possam compreender de forma semelhante o objeto de admiração.

Para Freire, conhecer não se resume ao ato de receber conteúdos, é uma atitude mais profunda, ou seja, o conhecimento requer uma ação transformadora da realidade. Para conhecer é necessário refletir sobre aquilo que se aprende para que seja apreendido tornando possível sua reinvenção. Assim, o sujeito que de fato aprende e apreende é capaz de aplicá-lo às situações concretas. No entendimento de Freire (2013, p.29) “[...] aquele que é enchido por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.”

Trazendo, ainda, as contribuições de FORPROEX (2013a) este aponta que a primeira Política Nacional de Extensão Universitária Brasileira começa a ser implantada em 1975 quando Ministério da Educação e do Interior formaram uma comissão para estudar a junção dos programas CRUTAC e RODON apresentados anteriormente. Dessa comissão surge a proposta da criação da Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, ligada ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC.

Sobre essa coordenação, Gurgel (2001) traz a seguinte reflexão:

No Brasil, as concepções de Freire, um proscrito oficialmente, eram refuncionalizadas, possibilitando seus seguidores agirem de acordo com suas orientações, sem usarem os termos que ele usava. No Ministério da Educação, o grupo que ocupava a Coordenação de atividades de extensão – CODAE tinha Freire como referencial central, o que pode ser mais bem evidenciado na análise do Plano de Ação lançado em 1973. Falava-se em realimentação, mão dupla, retroalimentação e outras terminologias similares que, na realidade, propiciaram a incorporação do sentido de comunicação ao extensionismo. (GURGEL, 2001 *apud* SERRANO, 2013, p. 9)

Ainda no FORPROEX (2013a), percebe-se que a CODAE elaborou o primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária e redefiniu o conceito desse termo, trazendo elementos novos como: a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e a troca de saberes entre a universidade e a comunidade. Apesar dessas mudanças importantes nas concepções acerca da extensão, da organização administrativa e de um orçamento próprio ainda havia um inconveniente, as decisões partiam do MEC, cabendo às universidades apenas a execução. Em 1979 a CODAE foi extinta e não foi substituída por outro órgão.

2.1.1 A Extensão na Década de 80: Avanços e Visibilidade das ações

Na década de 80 as concepções de extensão começam a tomar a forma que se apresenta atualmente. Sousa (2000) relata que com a redemocratização do país e a participação de movimentos sociais, os trabalhadores em educação que atuam nas universidades passam a problematizar a extensão e a estabelecer de forma orgânica a relação entre a universidade e a sociedade.

Segundo Nogueira (2003) a partir de 1985 iniciam-se os encontros de Pró-Reitores de Extensão organizados nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente. Essas reuniões culminaram na criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, posteriormente recebe o nome de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

Das discussões promovidas pelo Fórum Nacional surgem duas políticas nacionais de extensão universitária: a) em 1993 o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXT e; b) em 1998, o Plano Nacional de Extensão. Em ambos os documentos houve a participação da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC e contam com as definições de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e com a atuação da universidade como parceira da comunidade com o intuito de juntos buscarem soluções para os problemas vivenciados pela sociedade. Esses documentos também passam a orientar a necessidade de que as atividades extensionistas sejam avaliadas tanto pela universidade quanto pela comunidade beneficiada.

Conforme Nogueira (2003), apesar das grandes semelhanças entre os conteúdos do PROEXT e do Plano Nacional de Extensão a construção e a execução das ideias ocorreram de formas bem diferentes, pois no primeiro, o MEC, através da SESU, participou diretamente da sua formulação e destinou recursos para o programa, criando setores dentro da estrutura do próprio ministério para acompanhar as ações em âmbito nacional. Enquanto que no segundo, não houve participação efetiva do MEC, o Fórum de Pró-reitores tomou a iniciativa de elaborar o documento após tentativas frustradas de convencer o MEC a continuar o PROEXT.

Segundo FORPROEX (2013a), nos anos 2000 começam a surgir novos fóruns que discutem a respeito da extensão no âmbito de outras instituições além do FORPROEX. Em 1999 surge o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das

Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT). Em 2003, é criado o Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (FOREXP).

Em 2003 uma nova equipe da SESU vinculado ao MEC, decide retomar o PROEXT agora com o nome de Programa de Apoio Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, o qual inicia priorizando ações de alfabetização de adultos. O FORPROEX é convidado a participar e o diálogo é reestabelecido. A partir de 2002, anualmente, o MEC, publica editais de fomento para a Extensão. Mais um avanço acontece nesse processo, especialmente quando em 30 de junho de 2008 é publicado o Decreto nº 6.495, instituindo o Programa de Extensão Universitária.

Neste mesmo ano, também é promulgada a Lei nº 11.892/08 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo essa composta pelos Institutos Federais, formados pela junção das antigas Escolas Técnicas Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II. Diante dessa nova estrutura, no ano seguinte os Pró-Reitores de Extensão se reúnem e criam o Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT.

Dando continuidade à análise das políticas e legislações nacionais a respeito de extensão é interessante observar o Plano Nacional de Educação – PNE (2001 – 2010) o qual traz a seguinte meta para o ensino Superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (Lei nº 10.172/01)

Nesse sentido, observa-se que, inicia-se uma mudança no currículo das universidades trazendo maior flexibilização. A inclusão da extensão no Decreto nº 7.233/10 que regulamenta a alocação de recursos orçamentários para as universidades federais, foi um grande passo para a garantia de financiamento. Em 2012, o FORPROEX lança a Política Nacional de Extensão. Esta mantém as concepções que vêm sendo discutidas ao longo da história do Fórum e traz a seguinte definição do papel da universidade para com a sociedade:

Enquanto instituição produtora do conhecimento, a universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que

precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para as intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. Instrumentos científicos, sim, mas sustentados por um compromisso ético e pela paixão que impulsiona o engajamento na busca de um mundo melhor. (FORPROEX, 2012, p.29).

A partir dessas mudanças, o mesmo documento traz um novo conceito de extensão universitária:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15)

Importante destacar que a Política Nacional de Extensão Universitária traz, ainda, as seguintes diretrizes para as ações de Extensão: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Em carta redigida no FORPROEX (2013b) o Fórum solicita ao MEC urgência na aprovação e efetivação da Política Nacional de Extensão construída no ano anterior em parceria entre o MEC e o FORPROEX bem como a criação de um setor específico ligado ao ministério para tratar de extensão universitária. Solicitações mantidas nas cartas de 2014 e na carta do primeiro fórum de 2015.

Em 25 de junho de 2014 é aprovado pela Lei 13.005/14 o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), o qual traz a extensão como Estratégia para o alcance de diversas metas da educação nacional no período entre 2014-2024:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégia 9.11: implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégia 12.7: assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de

extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégia 13.7: fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégia 14.10: promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

As cartas do FORPROEX (2015) convidam também a discussão a respeito da curricularização da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – IPES conforme a Estratégia 12.7 citada acima. A carta do primeiro encontro ocorrido no referido ano sugere a criação de um programa para a concessão de bolsas para ações de extensão nos padrões do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Já o documento resultante do segundo encontro do ano de 2015, expressa a preocupação dos Pró-Reitores com o futuro das IPES em razão da discussão do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 395B, o qual dispunha a respeito do congelamento dos investimentos públicos por um período de 20 anos.

Em dezembro de 2016 a PEC 395B é aprovada e gera a Emenda Constitucional - EC nº 95 que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, trazendo as seguintes medidas:

Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

V - da Defensoria Pública da União.

§ 1º Cada um dos limites a que se refere o **caput** deste artigo equivalerá:

I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Em suma, ocorre o congelamento dos investimentos públicos pelo período de 20 anos uma vez que o aumento desses valores ficou limitado ao índice inflacionário do ano anterior.

No FORPROEX de 2016 inicia-se uma discussão sobre a crise política e econômica que ocorre no país. Diante da extinção de vários ministérios responsáveis pela elaboração de políticas sociais inclusivas, no encontro o Fórum defende a ampliação de ações afirmativas das identidades raciais, de gênero e de território das populações vulneráveis. (FORPROEX, 2016)

Os Fóruns de 2018 trazem a informação da vitória da Extensão universitária ao conseguir iniciar no MEC a elaboração das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e garantir que esse documento tenha como base a Política Nacional de Extensão elaborada pelo Fórum em 2012. (FORPROEX, 2018) Em todas as cartas redigidas nos Fóruns ocorridos entre os anos de 2016 e 2018 está expressa a preocupação com a manutenção da educação superior pública, gratuita e de qualidade diante do cenário econômico e político.

Em 18 de dezembro de 2018 o MEC publica a Resolução Nº 7 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Essa norma traz a concepção, orientações e os princípios em que as atividades de extensão desenvolvidas pelas IPES devem se basear.

A resolução define que as atividades extensionistas devem promover a interação dialógica entre a instituição e a comunidade de forma que possibilite a transformação também das concepções da universidade a partir das observações da comunidade frente à realidade social. A participação dos discentes propicia a formação integral transformando-os em sujeitos críticos e participativos. E, principalmente, afirma que a extensão é o elo entre o ensino e a pesquisa que consoma a função social da educação pública para além daqueles que participam diretamente da instituição. Essa norma é um marco para a afirmação da importância da extensão a nível nacional após anos de luta do FORPROEX para esse reconhecimento. (BRASIL, 2018)

O Fórum realizado em maio de 2019 teve como tema “Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação” e é marcado pela ameaça do

corde de R\$ 5,8 bilhões no orçamento das IPES. A carta redigida nesse evento, faz referência à grave crise que vem ocorrendo no âmbito da política ambiental, culminando com desastres dos rompimentos das barragens de resíduos minerais. A respeito desses acontecimentos a carta traz o seguinte trecho:

Ao reconhecer a importância de ampliar as relações com os Movimentos Sociais no contexto universitário, por meio da extensão, o Fórum debateu sobre as problemáticas como os impactos da mineração na vida das comunidades tradicionais e a educação do campo como um princípio que integra as comunidades tradicionais ao cotidiano das IPES, cujo enfrentamento requer um novo 'modelo' de mineração e um projeto de 'campo' que tenham como referência a vida humana, a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade econômica e a construção de condições dignas de vida. Essa reflexão reforçou a necessidade de diálogo com os sujeitos políticos vinculados às ações extensionistas nas instituições de ensino superior. (FORPROEX, 2019, p. 1)

Observa-se que, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira de 2018 e as discussões ocorridas nesses fóruns, apontam para as ações de extensão como atividade capaz de propiciar ao estudante uma formação cidadã, tornando-o um sujeito capaz de compreender a relevância da preservação do meio ambiente, da sustentabilidade econômica e da construção de condições dignas de vida, essas ações não só colaboram para transformação do seu meio social como também para transformação do próprio homem.

2.2 As concepções de trabalho no sistema capitalista

O trabalho em sua concepção ontológica constitui o homem como espécie, diferenciando-o dos outros animais. Por intermédio do trabalho o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Mészáros (2011) constata que com o advento do capitalismo o trabalho passa a ter um novo significado, sendo uma prática econômica e a produção ultrapassa os limites da necessidade humana, servindo à competitividade e à concorrência. Esse processo expansionista e incontrolável do sistema tem graves consequências, dentre elas, a precarização das relações trabalhistas e a degradação ambiental.

Para entendermos a importância da extensão na formação profissional e tecnológica se faz necessário partir do estudo das concepções de trabalho no sistema capitalista. Para isso focaremos em seu progresso desde o surgimento do Fordismo até o sistema de acumulação flexível ou Toyotismo, analisando como as diferentes formas de produção influenciam no modo de vida e nos modelos de educação.

Harvey (2008) relata que um grande marco para o crescimento do capitalismo é a implantação da indústria Fordista, o que ocorre quando o empresário Henry – Ford põe em prática a ideia desenvolvida por F. W. Taylor, segundo a qual a produtividade do trabalho poderia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em tarefas fragmentadas seguindo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento. O autor menciona que a inovação promovida por Ford foi perceber que o sistema de produção em massa desenvolvido por Taylor exigia a promoção do consumo em massa e esse é viabilizado pelo controle do trabalhador em todos os momentos de sua rotina, inclusive no lazer, para que este seja capaz de produzir e consumir sempre mais.

Gramsci (2001) expõe o desenvolvimento do Fordismo e do novo tipo de sociedade democrática e racionalizada que acompanha esse processo. A história do industrialismo é marcada pela luta contínua contra o elemento animalidade do homem, um processo doloroso e sangrento, de sujeição aos instintos naturais com vistas a adequar-se, por meio da coerção brutal, ao domínio de um grupo social sobre as forças produtivas da sociedade. Assim, desenvolveram-se ideologias puritanas para atender aos anseios da sociedade industrial.

Conforme Gramsci (2001), essa sociedade é baseada no controle do trabalhador em todos os seus aspectos formando um sujeito puritano, que longe dos vícios e mantendo seus impulsos sexuais sob controle, tem seu salário disponível para o consumo das mercadorias produzidas pela indústria e seu corpo saudável e eficiente para o trabalho.

As iniciativas “puritanas” têm apenas a finalidade de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psico-físico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção. Esse novo equilíbrio não pode ser senão puramente exterior e mecânico, mas pode tornar-se interior se ele for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, com uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 2001, p. 267).

O autor ainda constata que o puritanismo não se preocupa com a humanidade ou com a espiritualidade do trabalhador, mas com seu rendimento. Humanidade e espiritualidade do trabalhador estão diretamente ligadas à sua criação, sendo máxima no trabalho artesanal, quando a personalidade do trabalhador se refletia em seu trabalho, e é justamente contra isso que a indústria luta.

Segundo Harvey (2008), em 1929, no pós-guerra, muitos países aderiram ao Fordismo. Contudo, uma parte da população, conhecida como “minorias”, apesar de

representar um grande número de pessoas, se via excluída dos benefícios desse sistema e esse fato gerou um desequilíbrio, que culminou com o surgimento do Keynesianismo aliado ao estado do bem-estar social, regime econômico que conseguiu conter, por um tempo, as desigualdades geradas pelo Fordismo.

No entanto, a expansão do sistema para países de terceiro mundo, onde o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado, gerou uma onda competitiva em ambientes novos e foi acompanhada pelo crescimento da produção industrial também na Europa Ocidental e no Japão, desafiando a hegemonia estadunidense e desvalorizando o dólar.

Para superar o acúmulo de mercadorias gerado pelas diversas crises surge um novo sistema de produção: a Acumulação Flexível, conhecido também como Toyotismo. Desenvolvido na fábrica da Toyota, esse sistema baseia-se na produção por demanda. Harvey (2008) descreve que a mudança se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Antunes e Alves (2004) discorrem sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho com o advento da acumulação flexível. O proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado da era Fordista diminui dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho como a terceirização, o trabalho temporário e informal. Aumento do setor de serviços, que inicialmente incorporou uma parcela significativa dos trabalhadores da indústria. No entanto, esse setor também é atingido pelas mutações tecnológicas e de gestão, causando demissão em massa. Observa-se também a exclusão de jovens do mercado formal os quais acabam engrossando o número de empregos informais e dos idosos, sendo que para o mercado do trabalho sujeitos com mais de 40 anos são idosos e encontram grandes dificuldades de se recolocar. Há um aumento do trabalho feminino, caracterizado pela precarização e salários inferiores. Expansão do trabalho em domicílio, o qual reduz os gastos das empresas. E a transnacionalização do trabalho, nos tempos hodiernos movimentos trabalhistas em uma parte do mundo podem influenciar a produção de outros países devido ao sistema de importações de partes das mercadorias.

Os autores apontam algumas diferenças entre o Fordismo e o Toyotismo. Enquanto o Fordismo captura o trabalho físico e visa à organização de uma sociedade racionalizada o Toyotismo captura o trabalho intelectual e propõe a formação da fábrica racionalizada. Na acumulação flexível o capital visa a superar a subordinação

formal que existia no Fordismo em subsunção, caracterizada pela concordância do trabalhador em submeter-se ao sistema. O mecanismo utilizado para alcançar esse fim é o comprometimento dos colaboradores, fazendo o trabalhador sentir-se parte da corporação, devolvendo a ele o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1985. p. 328).

Todavia, nesse processo ocorre a absorção do trabalho em sua dimensão intelectual pelo capital, de modo que as ideias que surgem nas fábricas toyotistas são desenvolvidas e, após comprovação de sua eficácia, apropriadas pela empresa. Há nesse processo de subsunção do trabalho ao capital uma medição constante de forças, onde apesar do trabalho subordinar-se ao capital, ele é um elemento vivo gerando conflitos e oposições à relação e ao processo social capitalista.

Essa compreensão, teve uma influência muito forte nas ações implementadas nas instituições de educação profissional, e ainda, está presente quando a instituição define suas políticas em função do mercado de trabalho desconsiderando a formação humana em sua totalidade.

Consciente de que é papel da Instituição, como apontado em seus normativos, formar, numa perspectiva omnilateral, cidadãos trabalhadores e conhecedores de seus direitos e obrigações para que sejam capazes de atuar qualitativamente no processo de desenvolvimento econômico e de transformação da realidade, que o referido trabalho se propõe a colaborar com as ações de extensão para perseguir essa finalidade.

2.2.1 A educação para além da subsunção do trabalho

Diante das transformações no mundo do trabalho, percebe-se a dualidade histórica entre o trabalho manual e o intelectual. A Constituição Federal/88, conhecida como constituição cidadã, determina em seu art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A separação da educação para a classe trabalhadora e para as classes média e alta no Brasil tem suas origens ainda no Império. As primeiras instituições públicas

de ensino dedicavam-se apenas ao ensino superior. Segundo Manfredi (2002) o ensino primário e secundário servia apenas de base para o ingresso na universidade.

Garcia et al. (2018) relata que no ano de 1824 foi instituído o ensino primário para todos os cidadãos e, em paralelo, o governo foca na criação de um ensino separado do secundário que tinha como propósito o ingresso na universidade. Esse ensino primário era fundamentado no ensino para os desprovidos da sorte e com a intenção de formar a mão-de-obra do país na transição de um regime baseado na agricultura escravista que acabava de ser abolida em 1889, se intensifica então, a educação profissional no Brasil.

Em 1909, a partir do Decreto 7.566, surgem as Escolas de Aprendizes e Artífices com a intenção de oferecer educação profissional à classe trabalhadora. O referido decreto traz a seguinte justificativa para a oferta do ensino profissional:

Considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação.

Em 1941 ocorre uma grande reforma no âmbito da educação, a qual ficou conhecida como Reforma Capanema. A partir desta, o ensino profissional passa a ser reconhecido como nível médio e o ingresso nas escolas industriais começa a ocorrer através de exames de seleção (GARCIA et al., 2018).

Conforme Bezerra (2013), em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), liberando as empresas e sindicatos da obrigação de ofertar educação profissional a seus trabalhadores. Nesse período, ocorre também a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Técnicas. Acentua-se a dualidade educacional no Brasil, determinando a educação de base técnica, desprovida de conceitos propedêuticos, uma vez que estes eram ofertados apenas à elite que seria condutora do país.

De acordo com Beltrão (2017) em 1971 é promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira a qual torna compulsória a educação técnica em todos os currículos de segundo grau. A referida lei foi proposta sob a alegação da necessidade de formação técnica uma vez que o Brasil passava por uma época de expansão econômica. Dentro de certo prazo, todas as escolas de 2º grau, públicas e privadas, deveriam transformar seus currículos propedêuticos em profissionalizantes, de modo que a formação geral perderia espaço. No entanto, Luiz Antônio Cunha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ relata que a verdadeira motivação da Reforma foi cortar os gastos com educação e um dos meios utilizados para isso foi diminuição da demanda por cursos superiores.

A autora retrata que outro argumento era acabar com a dualidade de cursos técnicos para a classe pobre e curso superior para a classe média e alta. No entanto, algumas escolas particulares infringiram a lei e continuaram oferecendo o ensino propedêutico, permitindo aos que tinham a possibilidade de pagar terem melhores chances de ingresso no ensino superior.

Para Beltrão (2017) a reforma trouxe também uma boa mudança. Anteriormente, a educação básica se dividia em primário, com duração de 4 anos, e ensino médio, composto pelo ginásio e o colegial. A lei criou o 1º e o 2º grau. Assim, o 1º grau passou a ser composto pelo primário e ginásio, totalizando 8 anos. Dessa forma, o ensino obrigatório passou de 4 para 8 anos e foi abolido o exame obrigatório para a continuidade dos estudos, tornando mais acessível o 2º grau. Em 1982, devido às dificuldades de implementação da reforma e sob as críticas de diversos educadores que questionam quanto à viabilidade de impor aos jovens a responsabilidade de definir sua profissão tão precocemente a referida Lei é revogada.

Conforme Ramos (2017) o conceito de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio ganha força no Brasil nos anos 80, com a redemocratização do país e traz em suas raízes a finalidade da superação da educação dual, onde os filhos das classes média e alta cursam um ensino médio que os preparam para a continuidade dos estudos na educação superior e os filhos da classe trabalhadora têm acesso apenas ao ensino médio com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho. A proposta para essa superação é uma educação integral para a classe trabalhadora, que utilize o princípio educativo do trabalho proporcionando aos alunos os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais necessários a uma formação para a aprendizagem contínua e não apenas para aprender a fazer. As aulas técnicas são

utilizadas para melhor compreensão dos princípios científicos que compõem a base da produção moderna. Essa modalidade é defendida por autores brasileiros como Araújo e Frigotto (2015) para que estudantes que tenham necessidade de trabalhar possam ter acesso a uma educação que também os preparem para prosseguir os estudos, se essa for sua vontade, e para que possam participar ativamente da vida em sociedade, produzindo a transformação de sua realidade.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) definem o trabalho como princípio educativo como o reconhecimento de que o homem interfere no meio modificando-o para suprir suas necessidades. Assim nossa espécie surge e evolui, transformando a natureza através do trabalho e, como ser social, compartilhando os conhecimentos adquiridos através das gerações nos tornamos o que somos atualmente. Dessa forma, somos seres capazes de transformar a realidade e, portanto, a sociedade. Para atingirmos a essa finalidade é necessária essa mudança na educação com vistas à formação de cidadãos capazes de participar ativamente, conhecendo e interferindo em cada decisão que possa ser tomada politicamente. Atuando em conjunto com sua comunidade, conhecendo suas necessidades e utilizando os conhecimentos adquiridos para superação de suas dificuldades.

Para Ramos (2007) a educação unitária pretende superar a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual, construídas ao longo da história. A educação dualística mantém a classe trabalhadora na exclusão, promovendo acesso aos filhos de operários apenas a conhecimentos para a prática de trabalhos manuais e repetitivos. “Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e riqueza social” (RAMOS, 2007, p.3). Percebemos assim que a educação politécnica visa promover o acesso à cultura, ciência e trabalho, por meio da educação básica e profissional integrada.

Demerval Saviani (2007, p. 161) define o termo como:

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.

Nesse contexto, conforme Moura, L. Filho e Silva (2015) omnilateralidade para Marx compreende a educação intelectual, física e tecnológica. Através do

conhecimento dos processos tecnológicos que fundamentam o trabalho produtivo a classe operária tem acesso a uma educação unitária.

Ramos (2007, p.4) demonstra bem o papel da ciência nesse modelo de educação conceituando-a como:

[...] conhecimentos produzidos pela humanidade em processos mediados pelo trabalho, pela ação humana, que se tornam legitimados socialmente como conhecimentos válidos porque explicam a realidade e possibilita a intervenção sobre ela.

Fundamentando-se nessas concepções é possível formar profissionalmente sujeitos críticos, esclarecidos quanto às dinâmicas produtivas modernas, capazes de construir sua história e atuar no processo de transformação da sociedade especialmente, quando essa formação garante a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo esta última como “o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (GARRAFA, 1989, p.109) e que sofre interferências políticas, ideológicas, culturais, econômicas, trazendo consequências para os estudantes que buscam nessa ação uma formação mais ampla.

2.3 Um recorte histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Ifal

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Ifal, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional. O Ifal surgiu como resultado da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - CEFET-AL com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAFS

No ano de 1905 através do Decreto Estadual nº 346, de 7 de outubro de 1905 foi inaugurada em Alagoas a Escola de Prática de Agricultura em regime interno e semi-interno na atual cidade de Satuba. Essa escola recebeu vários nomes ao longo

de sua história: Patronato Agrícola de Alagoas (1911), Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939), Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947), Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957), Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964) e, por fim, Escola Agrotécnica Federal de Satuba (1979).

Criada pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, a Instituição, que tem mais de um século de existência e hoje é intitulada Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, passou por diversas transformações e recebeu várias denominações ao longo do tempo.

Inicialmente inaugurado em 1910 a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas funcionava na Rua Boa Vista, centro de Maceió e de acordo com Bonan (2010) ofertava curso primário destinado aos alunos que não sabiam ler nem escrever, o de desenho, obrigatório para todos e oficinas de trabalhos manuais de sapataria, marcenaria, serralharia, carpintaria e funilaria. A mudança de denominação para de Artes e Ofícios integrou a reforma instituída pela Lei Federal nº 378, de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, ao qual estavam vinculadas as Escolas de Aprendizes Artífices desde 1930. Em Maceió, o Liceu passa a funcionar no prédio que atualmente é ocupado pelo Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas.

No ano de 1942 através do Decreto-Lei 4.127 os Liceus de Artes e Ofícios são transformados em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação equivalente ao nível secundário. Em Alagoas O Liceu de Artes e Ofícios passou a se chamar Escola Industrial de Maceió. Entre os anos 1956 e 1965 recebeu a denominação Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

A Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959 transforma as Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais tornando-as autarquias com autonomia administrativa e pedagógica. A lei também registra, pela primeira vez, uma mudança na concepção dessa modalidade de ensino, como podemos observar no trecho abaixo:

Art 1º É objetivo das escolas de ensino industrial mantidas pelo Ministério da Educação e Cultura:

a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;

b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio.

Parágrafo único. O ensino ministrado nesses estabelecimentos se processará de forma a atender às diferenças individuais dos alunos, buscando orientá-los do melhor modo possível, dentro de seus interesses e aptidões.

Em 1968, por intermédio da Portaria Nº 331/MEC a Escola Industrial Federal de Alagoas passa a chamar a Escola Técnica Federal de Alagoas.

Quanto à expansão e à interiorização institucional, esta teve início com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Em Alagoas, de acordo com Bonan (2010), somente em 18 de março de 1999 que é assinado o Decreto de transformação da Escola Técnica Federal de Alagoas - ETFAL em Centro de Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - CEFET-AL, passando a integrar essa instituição, a unidade de Maceió e duas novas unidades de Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios.

O Decreto 5.224, de 01 de outubro de 2004, trouxe as Instituições Federais de Ensino Técnico, e aos CEFET's, novos desafios que incluíam a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio. De acordo com Bonan (2010) o CEFET-AL passou a ofertar diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos nas áreas de Indústria e de Serviços, as mudanças na instituição apareceriam no ano seguinte, com a realização do primeiro vestibular de tecnólogos de nível superior para os cursos de Turismo e Lazer e Informática.

Nesse contexto surgiram, no âmbito das ETFs e CEFETs, situações de discussão coletiva que refletiam, dentre outras questões, a preocupação quanto às mudanças no ensino técnico, à compreensão do ensino como uma atividade complexa que envolve vários fatores de ordem pedagógica, ou seja, como lidar no interior da instituição com diferentes níveis de ensino.

2.3.1 O novo perfil identitário do Ifal: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia iniciada a partir do Decreto Nº 6.095 de 2007, e consolidada com Lei nº 11.892 de 2008, possibilitou a constituição do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas - Ifal a partir da fusão de duas autarquias o CEFET-AL (composto pela

unidade de Maceió, as Unidades de Ensino Descentralizadas de Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL, configurando-se desde então numa instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento local e regional a partir dos arranjos produtivos sociais e culturais locais.

Nesse contexto, são definidas novas mudanças no perfil institucional, de modo que os agora denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passam a ter objetivos bem mais abrangentes e complexos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apresenta-se como princípio norteador da sua proposta de formação que atualmente com sua interiorização apresenta uma capilaridade jamais vista em nosso estado, quando nos referimos à expansão relacionada ao setor da educação, cumprindo assim com uma das finalidades dos institutos federais que é qualificação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional.

Em decorrência desse novo perfil identitário, surgem novos cenários para a educação profissional. Equiparado às universidades, o instituto passa a ofertar um número significativo de cursos superiores, além do aumento considerável nas atividades indissociáveis entre o ensino, a pesquisa e a extensão em seus diversos níveis e modalidades de ensino.

Atualmente, o Ifal possui 51 cursos em seus 16 campi distribuídos por todas as regiões do Estado, atuando de forma verticalizada, configurada pela oferta de cursos da educação básica (18 Cursos Técnicos Integrado de Nível Médio, 6 Cursos Educação de Jovens e Adultos e 10 Cursos Técnicos Subsequentes) e da educação superior (5 Bacharelados, 5 Licenciaturas, Pós-graduação 2 Lato Sensu e 5 Stricto Sensu), nas modalidades presencial e à distância – esses últimos ofertados pela Instituição e também pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Além dos cursos regulares, o Ifal oferece cursos de curta e média durações para pessoas com os mais diversos níveis de escolaridade, através dos Programas do Governo. Nesse estudo, como já apresentado até o momento será priorizado o olhar sobre a importância da extensão na formação integral dos discentes.

2.3.2 A extensão no Instituto Federal de Alagoas e a Formação Integral

Em dezembro de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.892/08 a qual criou os Institutos Federais e estabeleceu, entre os seus objetivos, desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica. As ações nessa área devem articular-se com os princípios e finalidades do mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Em seu inciso V indica “[...] estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Há, pois, que se reconhecer que formar o estudante na perspectiva omnilateral, trazendo a extensão como um dos pilares para essa formação, requer o entendimento de que as ações promovidas, nesse âmbito, devem prever um processo amplo de múltiplas construções, fazendo com que o sujeito possa se desenvolver em todas as dimensões da vida, intelectual, cultural, política, física e ética.

No entanto, é preciso ter clareza dos limites das ações de extensão numa proposta dessa natureza, uma vez que a formação na concepção omnilateral se constitui um território de disputa.

Silva e Ackermann (2014) relatam que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão dessas instituições vem discutindo as particularidades dessa atividade nos Institutos Federais e organizou um documento denominado “Extensão Tecnológica” (CONIF, 2013). Esse documento define a extensão profissional, científica e tecnológica como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove as interações entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento sócio-econômico sustentável local e regional (CONIF, 2013, p. 16).

O documento do CONIF (2013) lista as diretrizes orientadoras das ações de extensão nos Institutos, explicitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relação de reciprocidade entre os institutos e a sociedade, premissas de extrema importância na formação do aluno omnilateral e politécnico:

- a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça a troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- b) Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade por meio da participação de servidores nas ações integradas

- com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;
 - d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
 - e) Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões.
 - f) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso a educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão. (CONIF, 2013, p.17)

Em consonância com a Constituição Federal/88, o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (Ifal), em seus documentos, propõe o desenvolvimento do sujeito integral, completo, com formação voltada para o trabalho, autônomo e consciente de seu papel na construção de uma sociedade mais humana e justa.

Trabalhar nessa proposta de formação tem sido um grande desafio que a instituição tem enfrentado uma vez que, pressupõe dentre outras questões de ordem política e ideológica, o entendimento do papel que o Ifal desempenha na formação social de seus estudantes especialmente na perspectiva da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, ainda, em processo de consolidação.

Corroborando com o entendimento sobre a importância da extensão na formação integral do estudante, Rocha (1983-1984) afirma que as atividades extensionistas precisam buscar a comunicação da instituição de ensino com a sociedade, de modo que as demandas da comunidade sejam compreendidas a partir de uma “reflexão crítica e revisão permanente das funções de ensino e pesquisa”.

A esse respeito Bordenave (2007 *apud* FORPROEX, 2013a, p.15) afirma:

[...] com efeito, ao interagir com a comunidade, a extensão universitária colhe em primeira mão as necessidades dos diversos setores da população em seu contexto real, o qual evita que o estudante se forme exclusivamente no ambiente artificial do claustro acadêmico e assim resulte em um profissional alienado, sem o realismo que o bom desempenho profissional exigiria com a precária consciência social.

Gomes e Santos (2016) consideram que o tripé formativo, ensino-pesquisa-extensão colabora com a formação de estudantes e fortalece a missão do instituto definida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014–2018), destacado especialmente em seus “Direcionadores Estratégicos”.

Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável (PDI 2014 – 2018, p.40).

As ações extensionistas aproximam o Ifal da sociedade, pois proporcionam acesso da comunidade aos conhecimentos desenvolvidos no Instituto e aos estudantes a possibilidade de vivenciar a realidade social e entender o seu papel como cidadão crítico e participativo, utilizando seu conhecimento para intervir na solução dos problemas dessa comunidade, bem como descobrir conhecimentos populares e entender o fundamento científico dos mesmos.

Nesse sentido, é interessante para o alcance da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que a instituição trabalhe de forma a perseguir o que Boaventura Santos chama de ecologia de saberes, ou seja, a retroalimentação do instituto através das ações de extensão. Isso ocorre quando a interação dialógica com a comunidade possibilita ao estudante e, por consequência, também a instituição, entender os conhecimentos empíricos da sociedade. Essa forma de diálogo culmina na construção do que Boaventura intitula Comunidades Epistêmicas:

[...] cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos servem de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade em um espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (SANTOS, 2005, p. 57).

O plano de desenvolvimento institucional do Ifal traz a seguinte concepção de extensão:

A extensão – indissociável ao ensino e à pesquisa – é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes seguimentos sociais, no incentivo e apoio educativo que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológicos, cultural, político e educacional (IFAL, 2019, p.114).

O Ifal classifica as ações de extensão nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e eventos. Os programas são um conjunto articulado de ações, podendo ser composto por projetos e/ou cursos, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possuem caráter orgânico-institucional, integração no território ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. (IFAL, 2011, p.3)

O Ifal possui quatro programas institucionais sendo desenvolvidos desde o ano de 2014 e desde então os editais são lançados anualmente cabendo aos campi decidir a respeito da adesão ou não a cada programa.

- a) O programa Minha Comunidade é desenvolvido em uma determinada comunidade, sendo esta formada por pessoas que ocupam o mesmo território, que possuem a mesma profissão, que frequentam os mesmos espaços ou que possuam interesses comuns. Objetiva desenvolver um conjunto de ações extensionistas que aponte soluções para a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e produtiva, e a geração de oportunidades. (IFAL 2019a, p.1).
- b) O ARTIFAL objetiva formar grupos culturais/artísticos para a criação, construção, disseminação e preservação da cultura e da arte. (IFAL, 2019b, p.1).
- c) PROIFAL é o programa que objetiva implantar ações de preparação para o exame de seleção dos cursos do Ifal, atendendo estudantes de escolas públicas especialmente. Deve abordar também noções do funcionamento e da estrutura do Instituto. (IFAL 2019c, p.1).
- d) O PROPEQ surgiu com a intenção de incentivar ações de extensão provenientes de projetos de pesquisa já desenvolvidos no âmbito do Ifal promovendo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Além dessas ações, também são oferecidos cursos de extensão à comunidade externa, os quais têm como objetivo qualificar para a atuação profissional. Possuem critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Podem ser ofertados nas modalidades: presencial, semipresencial ou à distância.

Os projetos são o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada. (IFAL, 2011, p.3)

O primeiro edital de projetos de extensão do Ifal foi lançado em 2011, nesse edital, apenas servidores do instituto poderiam propor projetos de extensão. No ano seguinte, é lançado também o edital de projetos na modalidade estudante, possibilitando que os discentes sejam proponentes de projetos desde que tenham um

servidor como orientador. Essa nova modalidade, fortalece o protagonismo estudantil e estimula a participação dos estudantes na extensão.

Visando orientar os profissionais e estudantes do Instituto envolvidos em ações de extensão o Ifal elaborou e implementou sua própria resolução. A Resolução 10/CS, de 30 de março de 2011 determina: a porcentagem máxima de vagas destinadas ao público interno envolvido nas ações de extensão, o que garante a participação da comunidade externa nos projetos e cursos de extensão e, exclui a possibilidade de oferta de ações que não sejam de interesse da comunidade:

Art. 20. Os Projetos e Cursos terão como público-alvo a comunidade externa, admitindo-se, em caso de interesse institucional, a participação de público pertencente aos quadros do Ifal na ordem máxima de 20% do número de vagas previstas (IFAL, 2011, p. 5).

3 METODOLOGIA

O objeto de pesquisa surge a partir das observações da pesquisadora em seu ambiente de trabalho, a Pró-Reitoria de Extensão do Ifal. Por meio de sua atuação profissional é possível perceber a relevância da participação nas ações de extensão para a formação dos estudantes de nível médio do instituto.

Importante destacar que, o estudo foi iniciado após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (Cep) através do envio do projeto no endereço eletrônico da Plataforma Brasil, sendo analisado pelo Comitê da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e aprovado com parecer número 3.517.164, de acordo com a Resolução Nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS).

3.1 Etapas do Processo Metodológico

No primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico a respeito da extensão universitária, fazendo análise de livros e legislações sobre o tema, bem como de outros recursos disponíveis em revistas eletrônicas e sites especializados. Partimos da conceituação de extensão universitária, seguida de relato histórico sobre o tema, sua implantação, evolução no Ifal e o atual contexto, tanto em âmbito nacional quanto no instituto.

Em seguida, foi escolhida a abordagem quanti-qualitativa, do tipo pesquisa-ação, por ser definida como uma pesquisa de cunho social, utilizada quando se planeja estudar uma realidade, tanto do ponto de vista teórico quanto do pragmático, bem como conhecer seus problemas e propor modificações com o objetivo de melhorar a prática. Conforme Tripp (2005) a pesquisa ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática, na qual as técnicas utilizadas devem atender a critérios comuns a outros tipos de pesquisas acadêmicas.

Importante destacar a escolha da abordagem quanti-qualitativa para o desenvolvimento desse estudo. Sobre isso Gramsci traz uma reflexão a respeito da complementariedade das metodologias:

Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (GRAMSCI, 1985, p.51)

Na segunda etapa, realizou-se o levantamento dos dados quantitativos das ações de extensão no instituto. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios de gestão emitidos entre os anos 2010 e 2019.

Na terceira fase da pesquisa, foram aplicados questionários para a obtenção de dados qualitativos a respeito da importância da participação nas ações extensão para a formação integral dos estudantes do Campus Marechal Deodoro. Paralelamente, aplicou-se questionário a alunos do mesmo campus com o objetivo de averiguar o seu nível de conhecimento sobre extensão.

A pesquisa foi realizada com discentes matriculados em 2019 do Campus Marechal Deodoro do turno diurno. No total participaram da pesquisa 66 (sessenta e seis) discentes dos Cursos Médio Integrado de Meio Ambiente e Guia de Turismo que nunca participaram de ações de extensão, para analisar seu conhecimento sobre o tema foram aplicados questionários. A adesão era voluntária e os questionários poderiam ser devolvidos no dia seguinte.

Ainda nessa fase da pesquisa, optou-se por aplicar um outro questionário a 32 (trinta e dois) bolsistas das ações de extensão desenvolvidas no Campus em 2019, com o propósito de averiguar a importância desta participação na formação integral dos mesmos.

A escolha dos bolsistas como grupo estudado é baseada na representatividade qualitativa defendida por Thiollent (2003) para pesquisas cujo campo delimitado é muito grande. Os bolsistas das ações de extensão formam o que autor define como “amostras intencionais”:

Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Este princípio é sistematicamente aplicado no caso da pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada. (THIOLLENT, 2003, p.62)

O questionário, conforme Gil (1999) é uma técnica de investigação composta por questões escritas que tem o objetivo de conhecer as opiniões sobre determinado assunto. O questionário semiestruturado possui questões abertas, as quais proporcionam ao respondente maior liberdade, e fechadas, que possibilitam ao pesquisador maior facilidade de tabulação dos dados.

3.1.1 Fase Diagnóstica

Os dados obtidos por meio dos questionários foram organizados e analisados através da análise por categorias e palavras-chave com tabulação no Programa Microsoft Excel e representados por gráficos ou tabelas.

Nessa fase, optou-se ainda pela análise de conteúdo para a discussão dos dados qualitativos. Essa técnica, segundo Silva e Fossá (2015) desenvolvida por Bardin, se tornou importante nas pesquisas e alcançou grande popularidade, especialmente por destacar o caráter social do olhar sobre os dados, ao produzir inferências de um texto para seu contexto socialmente produzido de forma objetiva. Para as autoras,

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA e FOSSÁ, 2015, p.2).

Com a finalidade de trazer informação e incentivar a participação estudantil nas ações de extensão foi desenvolvida a cartilha digital intitulada Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto.

3.1.2 Desenvolvimento do Produto Educacional: Cartilha Digital

Este gênero textual, cartilha, foi escolhido por ser um texto informativo e que, conforme Pizzani e Riolo (2013), possui uma rica multimodalidade por apresentar vários recursos visuais que contribuem através da argumentação para o alcance da compreensão do leitor como desenhos, cores e até própria disposição gráfica diferenciada.

Kaplún (2003) traz a seguinte definição de material educativo:

Um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo ou axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes etc. (KAPLÚN, 2003, p. 46)

Conforme Kaplún, (2003) a investigação prévia consiste em duas fases: a temática e a diagnóstica. Dessa forma, o texto da cartilha foi elaborado utilizando os

dados obtidos na fase diagnóstica. De modo que houve uma preocupação em responder as questões a respeito da extensão no âmbito do Ifal para as quais percebeu-se que os estudantes não possuíam conhecimento satisfatório, ao mesmo tempo em que se procurou demonstrar a importância da participação nas ações de extensão para a formação dos bolsistas. Para a redação do texto foi construído o que o autor chama de eixo conceitual a partir da leitura de várias obras a respeito de extensão e documentos do próprio instituto que tratam do tema. As respostas dos bolsistas ao questionário aplicado na fase diagnóstica foram utilizadas para incentivar a participação dos estudantes nas ações.

O diagnóstico também foi importante para a elaboração do eixo pedagógico, o qual deve considerar o conhecimento prévio do público destinatário sobre o tema, Kaplún (2003) explica que esse itinerário deve ser formulado de modo a possibilitar que os sujeitos tenham acesso a novas concepções e valores.

Em seguida o texto, foi formatado com algumas imagens acrescentadas pela própria autora com a finalidade de apresentar a mensagem que a cartilha pretendia transmitir aos estudantes. Nessa etapa, a versão preliminar passou pela avaliação do Pró-Reitor de Extensão.

Após a aprovação, o designer e a diagramação gráfica foram produzidos por uma profissional da área, sendo essa orientada quanto às especificidades do tema de forma que o eixo comunicacional, também definido por Kaplún (2003), fosse atraente ao público e desenvolvido utilizando de recursos visuais condizentes com as concepções e práticas de extensão efetivadas no Ifal. Houve também a orientação para o uso de figuras com as quais os estudantes se identificassem. Assim, buscou-se imagens de jovens de diversas raças, religiões, tipos de cabelo, enfim, figuras que representassem a diversidade dos estudantes do Ifal.

No que diz respeito às ações de extensão procurou-se demonstrar os diversos ambientes em que estas ocorrem, as diferentes atividades que podem ser desenvolvidas e também a diversidade do público que participa dessas ações.

Importante destacar que a cartilha na íntegra se encontra no Apêndice A e que na seção a seguir todos os dados da pesquisa serão analisados, em especial, a avaliação da cartilha realizada por três segmentos da comunidade acadêmica: equipe da Proex, gestão do Campus Marechal Deodoro e discentes.

3.1.3 Avaliação do Produto Educacional

A avaliação do produto estava prevista para ocorrer em uma roda de conversa a ser realizada com alguns estudantes do Campus Marechal Deodoro para que estes pudessem opinar e apontar se as informações apresentadas na cartilha têm uma boa abordagem e se a mesma alcança o objetivo que é melhorar o conhecimento dos estudantes a respeito da extensão e incentivar sua participação nas ações.

Devido à pandemia do COVID-19 e à suspensão das aulas no Ifal o produto foi avaliado por três segmentos importantes: estudantes concluintes dos cursos de nível médio integrado do Campus Marechal Deodoro, por gestores do Campus que estão envolvidos administrativamente com atividades de extensão e pelos servidores da Pró-Reitoria de Extensão. A cartilha foi distribuída acompanhada do link para o questionário de avaliação do Google Forms a respeito de sua aplicabilidade.

Esse grupo de avaliadores foi escolhido para atender ao que Kaplún (2003, p.48) traz sobre a produção de produtos educacionais: [...] a opinião de peritos ou a leitura de *textos* não bastará: devemos conhecer também os *contextos* pedagógicos e, principalmente, os *sujeitos* aos quais está destinado o material.

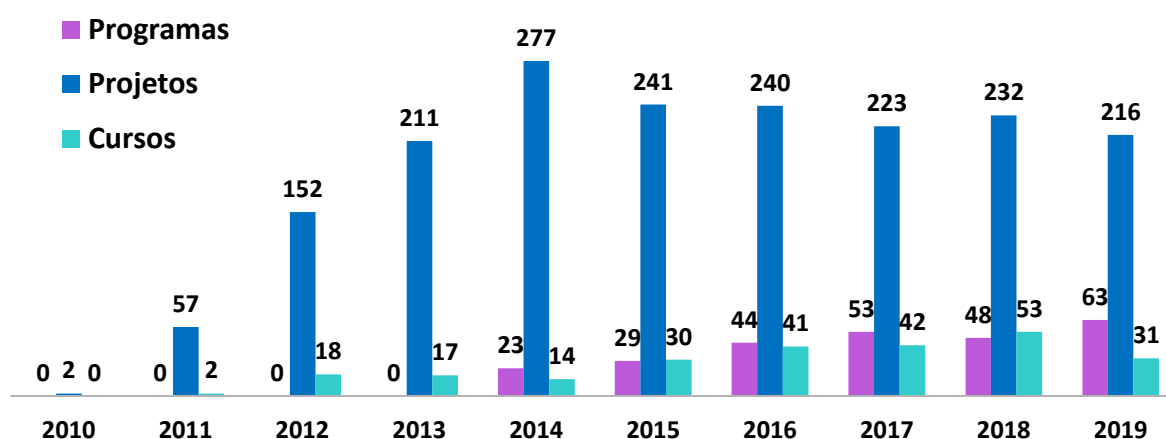
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Extensão no Ifal

Em análise documental dos arquivos do Instituto Federal de Alagoas observou-se que desde 2011 as ações de extensão aumentam em número, quantidade de pessoas beneficiadas e de municípios atendidos, expandindo as ações do instituto muito além dos 16 campi que possui. Em 2019 foram cadastrados 63 programas, 216 projetos e 31 cursos, beneficiando 35.252 pessoas e atendendo 53 municípios.

É importante observar a evolução da extensão no Ifal a partir das figuras a seguir.

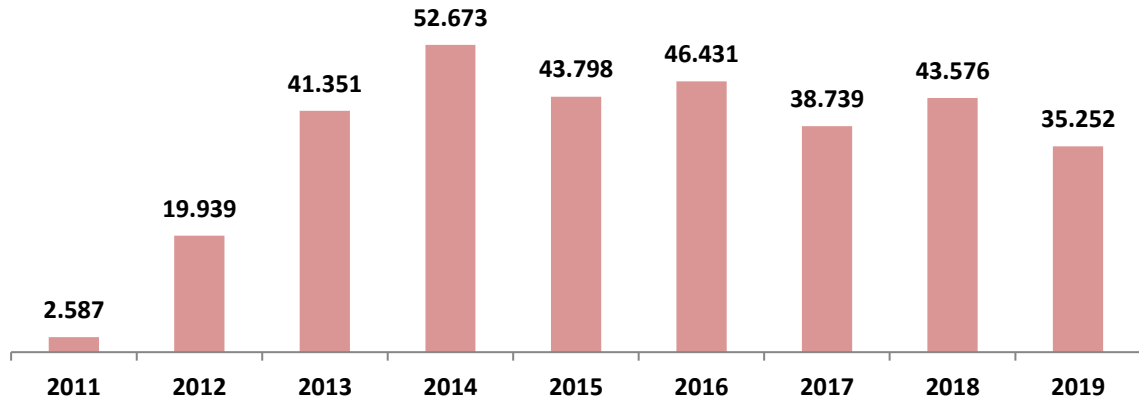
Figura 1 - Quantitativo de ações de extensão (2010-2019)



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – Ifal.

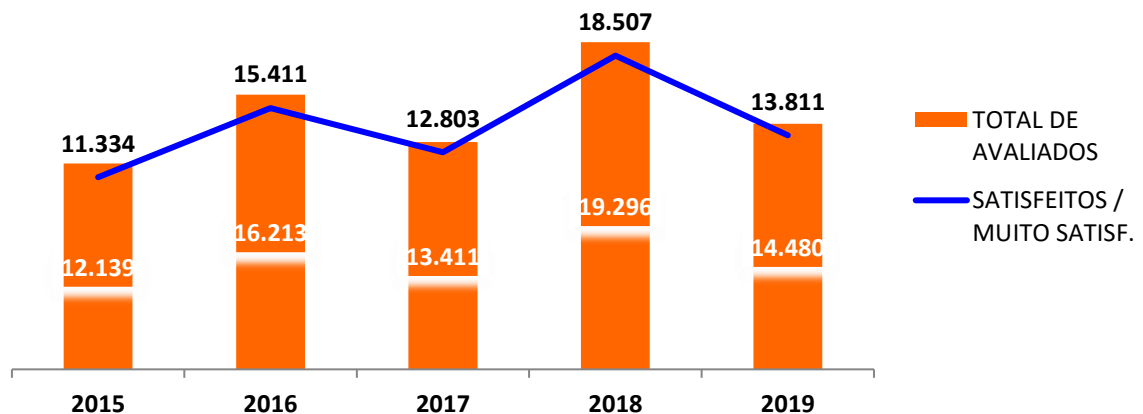
Fazendo uma leitura da figura 1 observa-se que as ações de extensão apresentaram um salto quantitativo considerável de 2011 até 2019. Esse aumento se dá em decorrência da política institucional que busca na extensão “atender as necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha potencial de atuação, nos âmbitos tecnológicos, cultural, político e educacional”. (PDI 2019-2023, p. 105). Nesse contexto, outros aspectos são destacados:

Figura 2 - Quantitativo de pessoas beneficiadas pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2011 – 2019)



Obs.: em 2010 essa variável não foi quantificada.
 Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – Ifal.

Figura 3 - Grau de satisfação das pessoas beneficiadas pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2015 – 2019)

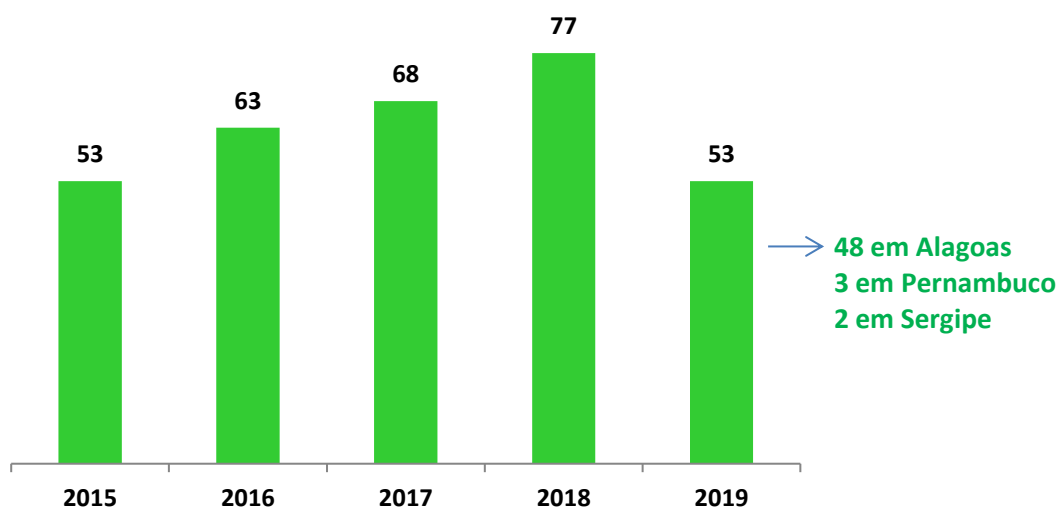


Obs.: essa variável começou a ser quantificada em 2015.
 Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – Ifal.

Ao final das ações de extensão é aplicado um instrumento de avaliação aos beneficiários onde estes respondem sobre sua satisfação com a participação na ação. A figura 2 mostra o número de pessoas beneficiadas por essas atividades de extensão

por ano, já a figura 3 mostra o quantitativo de pessoas que responderam ao instrumento e o índice de satisfação, entendendo-se como satisfatórias as respostas muito satisfeito e satisfeito. O PDI (2014 – 2018) tem como meta um índice de satisfação de 70%, desde que essa variável começou a ser quantificada essa meta nunca deixou de ser atendida. Sendo assim, no PDI (2019-2023) a meta foi ampliada para 80% e no ano de 2019 o índice de satisfação entre os respondentes foi de 95,37%, o que demonstra que ações têm atendido aos anseios da comunidade.

Figura 4 - Quantitativo de municípios atendidos pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2015 – 2019)



Obs.: essa variável começou a ser quantificada em 2015.

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – Ifal.

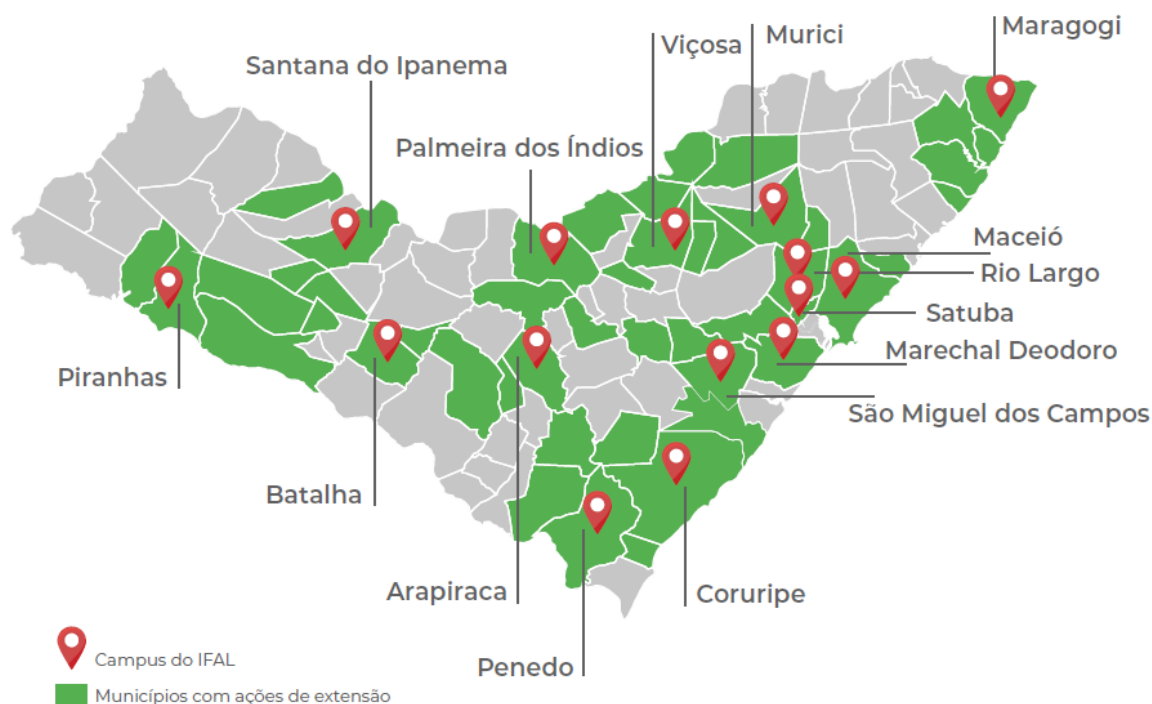
A figura 4 aponta o crescimento do número de municípios atendidos pelas Ações de Extensão do Ifal comprovando que essas atividades corroboram para que a instituição cumpra com sua função social e estenda-se além de seus limites geográficos, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e popular, possibilitando o desenvolvimento da indissolubilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão a partir da interação dialógica entre a instituição e a sociedade, reafirmando seu compromisso com a transformação social e promovendo o desenvolvimento regional (PDI 2019-2023).

A mesma figura demonstra que as ações de extensão são realizadas em outros estados. Isso ocorre porque o Ifal possui campi em municípios que fazem divisas tanto

com Pernambuco quanto com Sergipe, atendendo alunos residentes dos mesmos, o que provoca a intensão nos estudantes de desenvolver ações em suas comunidades.

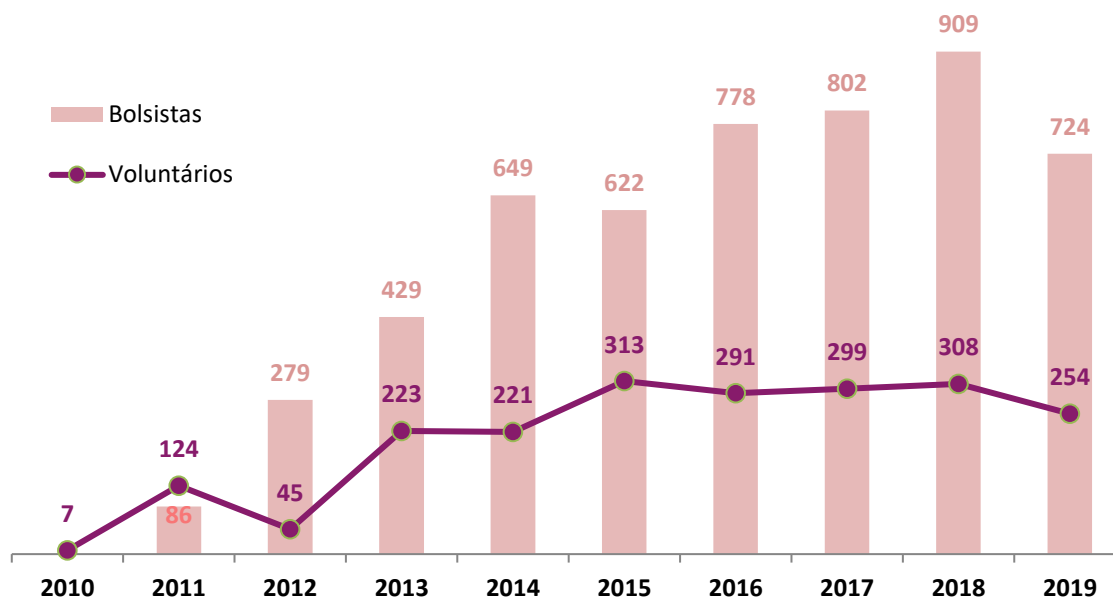
É possível observar nas figuras 2 e 4 que no ano de 2019 houve uma diminuição tanto do número de municípios com ações de extensão do Ifal quanto da quantidade de pessoas atendidas. As prováveis causas desse acontecimento foram as ameaças constantes de contingenciamento e cortes na educação que ocorreram ao longo do ano e a dificuldade de transporte causada pelo fim do contrato com os motoristas no instituto. Dessa forma um grande número de ações, especialmente de artes, que ocorriam de forma itinerante, diminuíram a abrangência.

Figura 5 - Municípios Alagoanos atendidos pelas ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2019)



Fonte: Autora (2020). Cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto. (Apêndice A)

Figura 6 - Quantitativo de estudantes envolvidos em ações de extensão desenvolvidas no Ifal (2010 – 2019)



Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – Ifal.

A figura 6 retrata o quantitativo de alunos envolvidos nas ações de extensão, tanto os bolsistas quanto voluntários e aponta o aumento do número de bolsas promovido pela implementação de uma política de incentivo à extensão no Instituto no período retratado.

Dessa forma, respeitando a visão integradora entre o instituto e a sociedade, o Ifal vem desenvolvendo atividades de extensão que propiciam aos estudantes uma formação mais ampliada onde estes possam respeitar a realidade ao seu entorno, refletindo sobre sua participação no processo de transformação dessa realidade.

De certo, o êxito dessas iniciativas é revelado em depoimentos de estudantes da instituição como o da aluna Palloma Darling em entrevista disponibilizada no site do Ifal na qual demonstra sua compreensão da necessidade de uma formação integral como essencial para constituição da sua cidadania. A referida aluna foi selecionada em um concurso internacional a partir de seu trabalho desenvolvido em uma ação de extensão do campus Santana do Ipanema. Abaixo trechos de sua entrevista:

Minha participação na extensão foi decisiva nesse processo. O incentivo do Ifal que nos integra aos projetos de extensão faz com que a gente olhe para a comunidade e acabe cumprindo intuitivamente as medidas que a ONU sugere para transformar o mundo. Isso, de fato, já me encaminhou muito bem para a seleção. (ALVES, 2019)

Desde que entrei no aqui a minha compreensão de mim como ser humano tem se aprimorado. Hoje, quase três anos depois da minha chegada, me vejo como muito mais do que uma nota em um sistema, mas como um agente de transformação da realidade e um ser humano dotado de inteligência em áreas diversas. Mais que preparar para o mercado, o Ifal tem se preocupado em nos "humanizar", lembrar-nos que não somos máquinas. E é esse o maior diferencial da educação que recebemos na casa (ALVES, 2019).

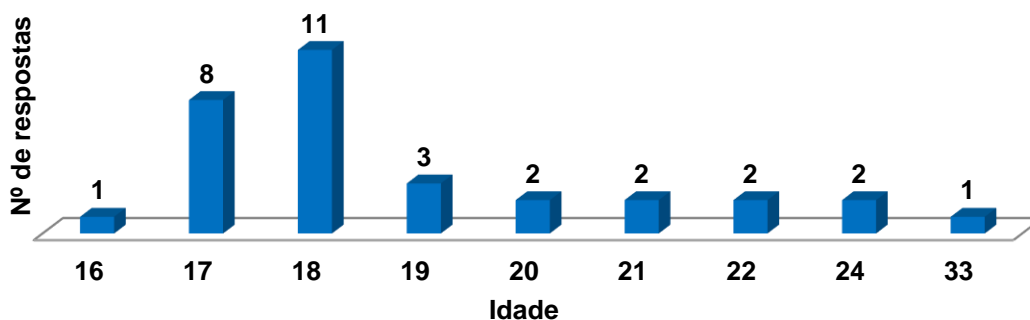
Depoimentos como o da aluna confirmam o que Ramos (2007) vem falando sobre formação integral, como uma proposta que visa à formação do estudante na sua totalidade. Corroborando com esse entendimento o PDI (2019-2023, p.59) da instituição aponta que a educação com qualidade social deve possibilitar aos estudantes a construção de sua identidade social e a consciência crítica da sua cidadania, especialmente, quando passam a compreender que as transformações sociais se dá através da sua participação ativa na sociedade científica e tecnológica.

4.2 Avaliação Diagnóstica: Bolsistas de Ações de Extensão em 2019

Apresentaremos a seguir a organização e discussões dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aos bolsistas das ações extensão desenvolvidas no Campus Marechal Deodoro em 2019.

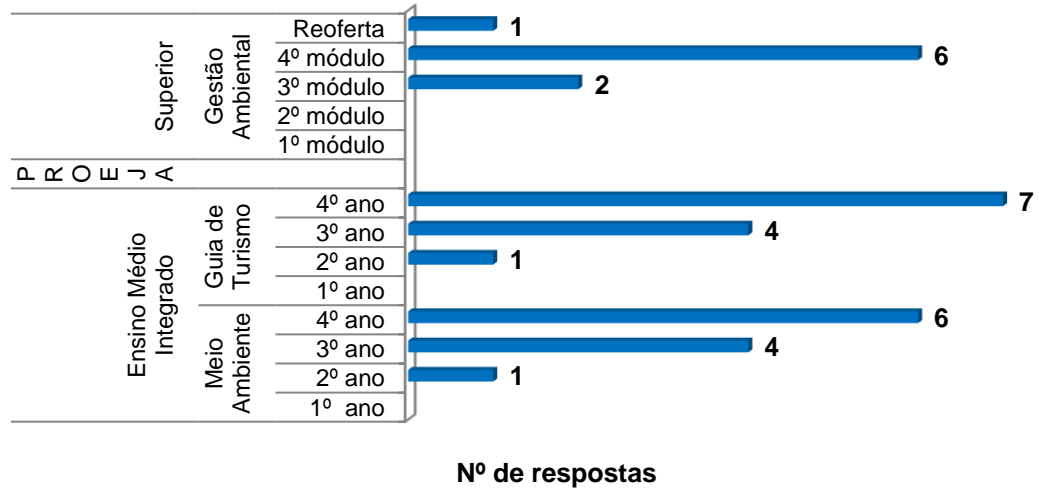
O questionário aplicado aos bolsistas está disponibilizado no Apêndice B, contém 11 questões, sendo 3 abertas e 8 fechadas. Foi aplicado a 32 estudantes, ou seja 67%, de um total de 48 bolsistas do Campus Marechal Deodoro.

Figura 7 - Idade dos bolsistas de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

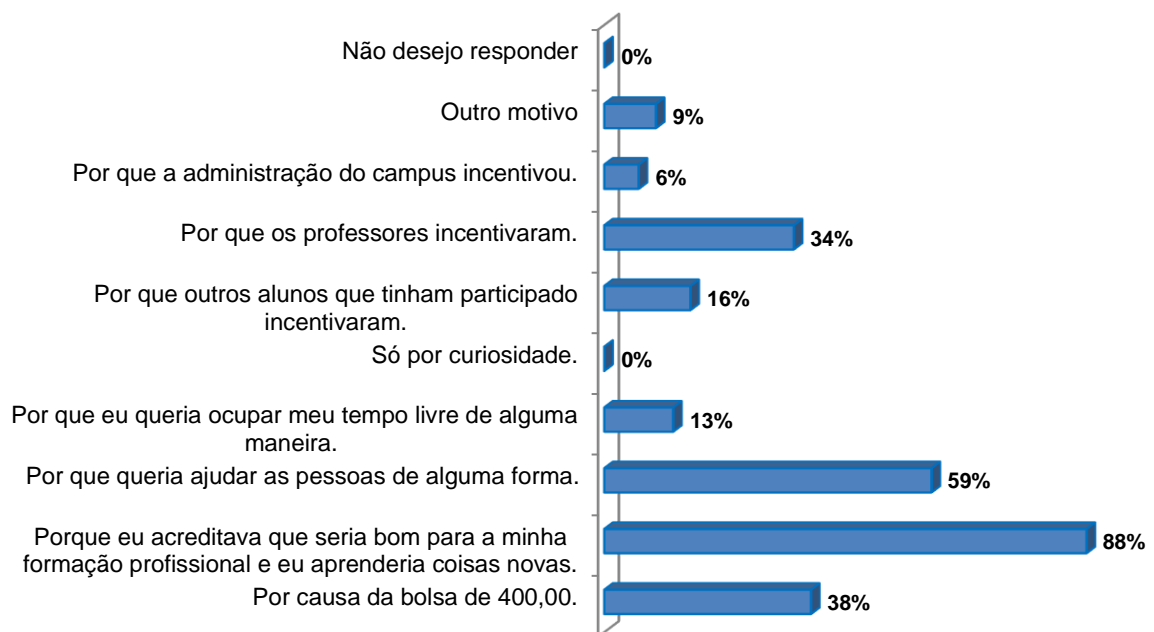
Figura 8 - Curso e período dos bolsistas de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

As figuras 7 e 8 apontam que a maioria dos bolsistas tem entre 17 e 18 anos e cursam os anos finais do Ensino Médio Integrado dos cursos de Meio Ambiente e Guia de Turismo.

Figura 9 - Motivo para a participação em ações de extensão (Poderia ser marcada mais de uma alternativa)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Destaca-se a partir desses dados que 88% dos respondentes indicam a formação profissional como a principal motivação para participar das ações de extensão, e, 55% têm como objetivo ajudar as pessoas de alguma forma. Outros pontos a serem considerados são a procura pela bolsa e também o incentivo dos professores.

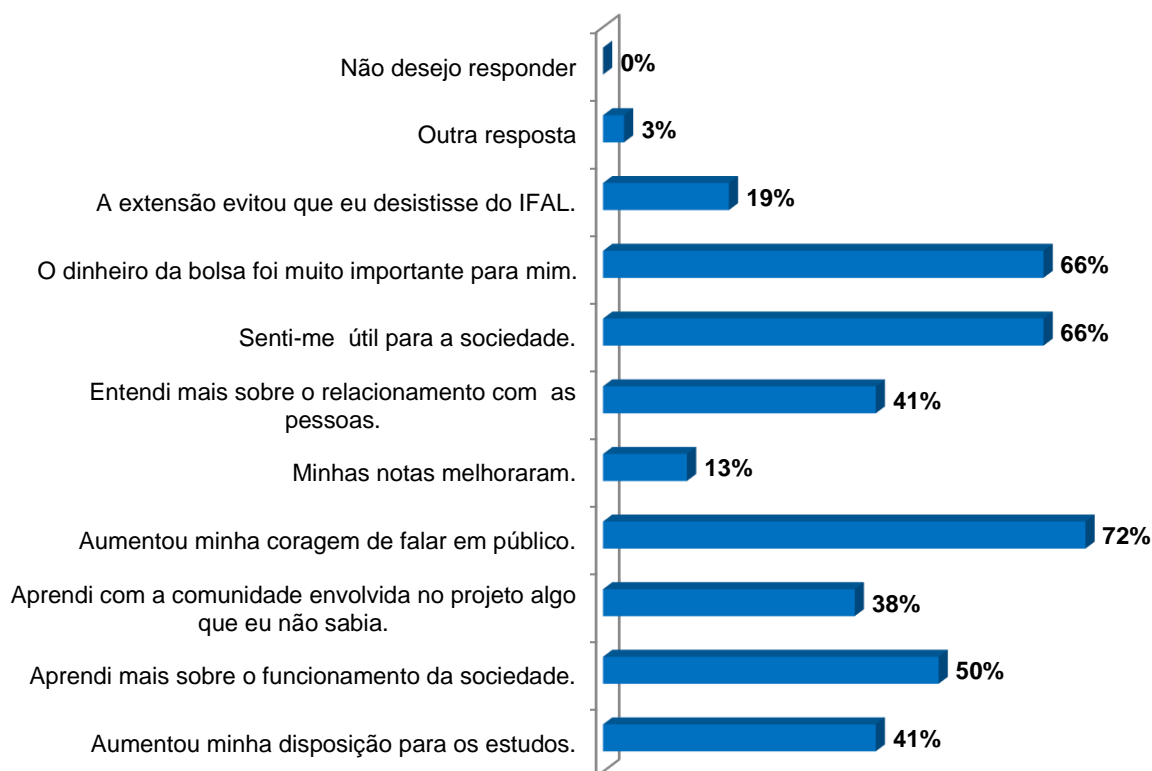
Como podemos observar, as trocas entre estudantes e professores podem se constituir um impulsionador na inserção dos estudantes em ações para além da sala de aula, uma vez que ao apontar o incentivo dos professores como uma das alternativas mais citadas, o estudante credita as ações de extensão um papel importante no seu processo de formação.

Síveres (2013) discorre sobre uma pesquisa semelhante que foi realizada com estudantes de 21 Instituições Comunitárias de Ensino Superior (lecs) a respeito da participação em ações de Extensão. Um questionário foi aplicado a 7 estudantes de cada instituição e as respostas obtidas se mostram similares à pesquisa realizada neste estudo. O título dessa pesquisa é *O princípio da aprendizagem na extensão universitária*.

Nessa pesquisa, uma das perguntas do questionário foi: “Quais foram os motivos que o levaram a participar de um projeto de extensão? 26% das respostas se relacionavam à contribuição dessa participação à formação e à experiência profissional. Na mesma pesquisa 41,18% dos entrevistados responderam que o motivo da participação estava diretamente relacionado a aprender.

Dessa forma, os dados deste trabalho realizado no Ifal e da pesquisa realizada nas lecs demonstram a importância da extensão no tripé formativo: ensino, pesquisa e extensão. As respostas dos estudantes corroboram para o entendimento de que a extensão possibilita a prática do ensino aprendido na sala de aula, além de promover o compromisso social. Sendo assim, a extensão vai ao encontro da definição de Freire (1983, p.106) “a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

Figura 10 - Importância da participação em ações de extensão (Poderia ser marcada mais de uma alternativa)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Ao referirem sobre a importância da participação nas ações de extensão os bolsistas se posicionam falando que além de se sentirem útil para a sociedade e que o dinheiro da bolsa ajudou no orçamento, o que mais chama a atenção como um fator de grande relevância, é o percentual que afirma a mudança de comportamento por se sentirem mais seguros para falar em público.

Com essas respostas, pode-se afirmar que os estudantes do Ifal têm clareza da importância de uma formação integral para o exercício da cidadania e da inserção profissional, pois ao apontar a formação profissional como a principal motivo para a participação nas ações de extensão seguido da condição de se sentirem úteis à sociedade, eles revelam que a transformação social se dá, também, por intermédio do processo educativo.

Assim, torna-se plausível supor que ao ingressarem nas ações de extensão, como uma alternativa para melhoria de sua formação profissional, os estudantes têm

clareza de que a sua participação, nessas ações, possibilita vivenciar na prática os conhecimentos científico-tecnológicos que adquiriram em sala de aula.

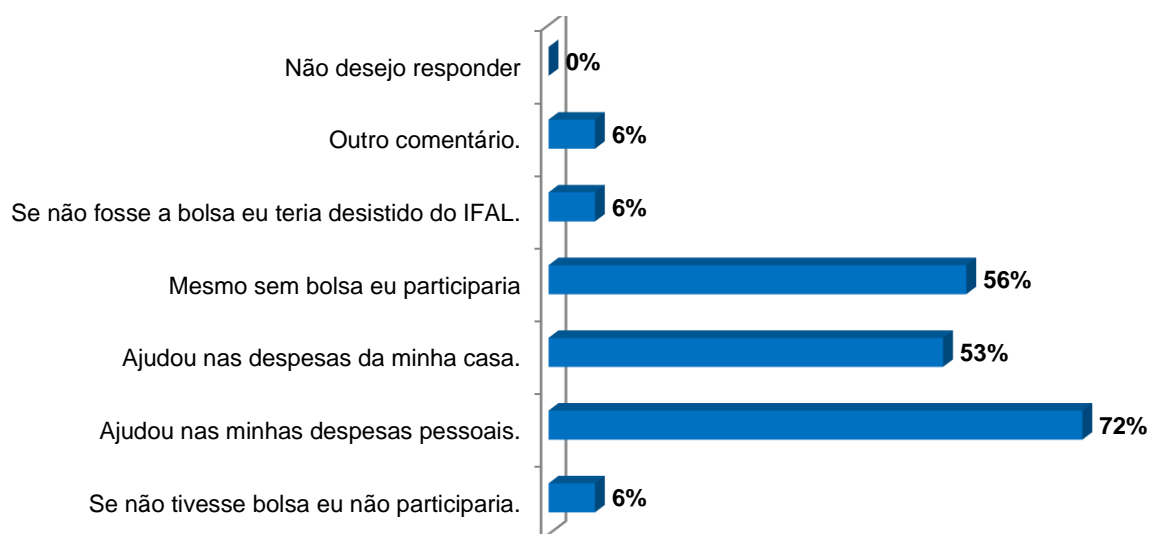
A pesquisa realizada com estudantes das Ices traz um depoimento que corrobora com uma das alternativas do questionário aplicado no Ifal: “Aprendi com a comunidade envolvida no projeto algo que eu não sabia”. Essa foi uma alternativa escolhida por 38% dos estudantes do Ifal.

[...] não esquecendo o fato de estar ligado com a comunidade e sempre poder estar aprendendo coisas novas com eles, com pessoas diferentes, a improvisar com certas situações, e o motivo principal é aprender a ser mais humano. Isso, sim, pode se dizer que é melhor ainda que ser um simples acadêmico. (SÍVERES, 2013, p. 50)

A mesma pesquisa também apresenta uma resposta que aponta para uma alternativa escolhida por 72% dos alunos do Ifal os quais responderam que sentiram uma diminuição do medo de falar em público, ou seja, obtiveram um desenvolvimento da oratória, quando questionados sobre a importância da participação nas ações de extensão para a sua formação.

[...] Foi extremamente enriquecedora para minha formação, pois além de exigir estudo e conhecimento sobre determinados temas do direito, me permitiu desenvolver outras habilidades importantes para minha vida pessoal e profissional futura, como a organização, o desprendimento, a oratória, etc. [...]. Contudo, o que mais chamou a atenção foi a possibilidade de contactarmos pessoas e realidades sociais distintas e a possibilidade de levarmos a elas conhecimentos e informações que poderão fazer diferença em suas vidas [...] (SÍVERES, 2013, p. 71)

Figura 11- Relevância da bolsa (Pode ser marcada mais de uma alternativa)

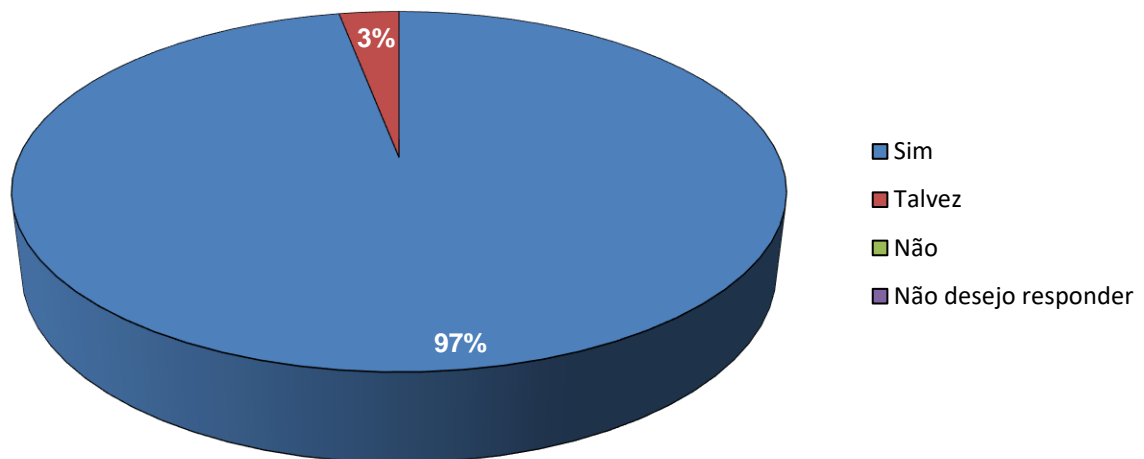


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Sobre a bolsa de extensão 72% dos alunos responderam que ajudou em suas despesas pessoais, 53% afirmam que ajudou nas despesas domésticas e 56% respondeu que participaria da ação ainda que não houvesse bolsa.

O último dado é bastante relevante para o produto educacional proposto nessa pesquisa, uma vez que este tem como objetivo incentivar a participação dos estudantes em ações de extensão. Diante desse fato, ao observar que a maioria afirma que participaria das ações sem a bolsa e, apenas 6%, afirmar que não participaria sem ela, demonstra a viabilidade desse objetivo ainda que haja diminuição dos recursos financeiros do Ifal, realidade que se apresenta diante do nosso cenário social e político.

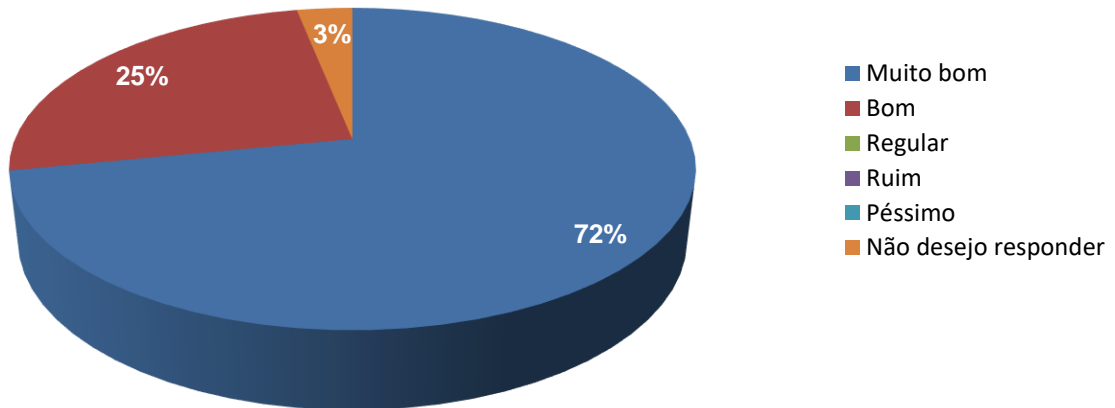
Figura 12 - Recomendação da participação dos colegas em ações de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

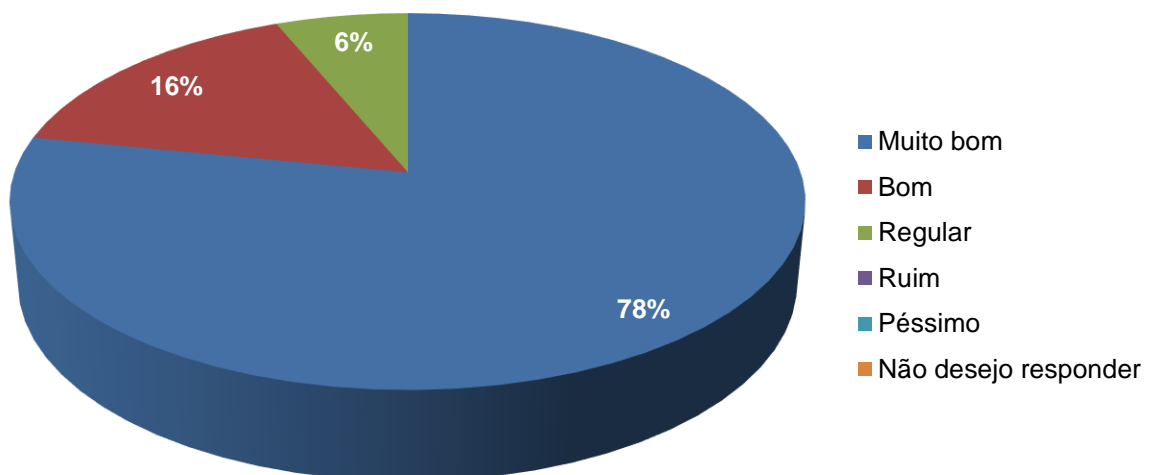
A única bolsista que respondeu talvez para essa pergunta apresentou a seguinte justificativa: “*Ter um projeto de extensão requer uma responsabilidade, e eu só indicaria para pessoas que eu sei que se dedicariam*”.

Figura 13 - Avaliação da própria ação de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 14 - Avaliação da atuação do coordenador da ação de extensão

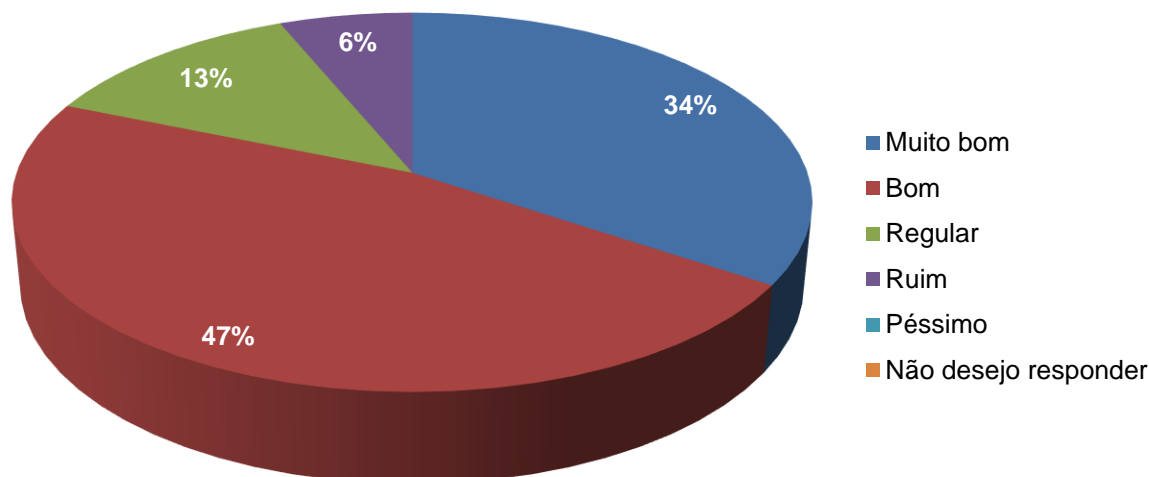


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Analisando as figuras 13 e 14 é possível constatar que 97% dos bolsistas estão satisfeitos com o andamento de suas ações e 94% consideram a atuação do coordenador de suas ações “muito boa” ou “boa”. Esses dados demonstram o

comprometimento dos servidores do Instituto com essas atividades e também com o acompanhamento dos estudantes, preocupando-se com sua formação integral.

Figura 15 - Avaliação do apoio do campus para a extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Diante dos resultados apresentados nessa avaliação diagnóstica, podemos perceber a importância da extensão na formação desses estudantes. Ao aproximar o Iffal da sociedade, esses discentes vivenciam a realidade social e entendem o seu papel como cidadão crítico e participativo, especialmente quando percebem que podem utilizar o conhecimento científico adquirido no processo formativo para intervir na solução dos problemas dessa comunidade.

Os resultados apresentados demonstram que a extensão no Iffal tem alcançado ao Plano Nacional de Extensão Universitária (2000-2001) formulado pelo FORPROEX e a Sesu-MEC, o qual traz a seguinte concepção para a formação do profissional cidadão:

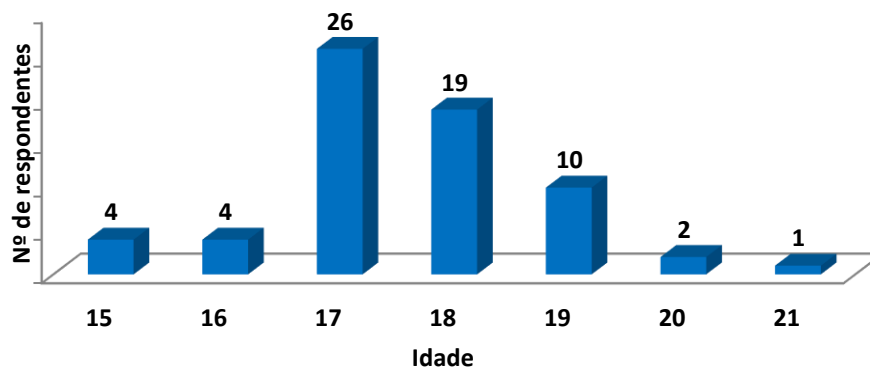
[...] tem-se hoje como princípio que para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade... A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (FORPROEX e MEC, 2000 - 2001, p. 7).

4.3 Avaliação Diagnóstica: Alunos NÃO Participantes de Ações de Extensão

O questionário aplicado a esse grupo de estudantes está disponibilizado no Apêndice C, contém 6 questões, sendo 1 aberta, 4 semiabertas e 2 fechadas. Foi aplicado a 66 discentes dos Cursos Médio Integrado de Meio Ambiente e Guia de Turismo, ou seja, cerca de 15%, de um total de 443 discentes matriculados nesses cursos. Importante destacar que a participação foi voluntária e que o convite foi realizado em todas as turmas do 1º ao 4º ano dos cursos.

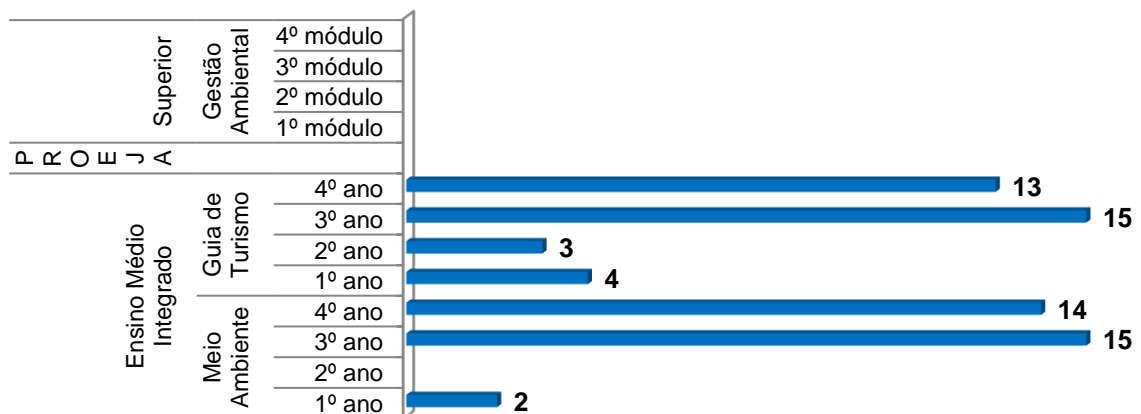
Apresentaremos a seguir a organização desses resultados e suas discussões:

Figura 16 - Idade dos alunos não participantes de ações de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

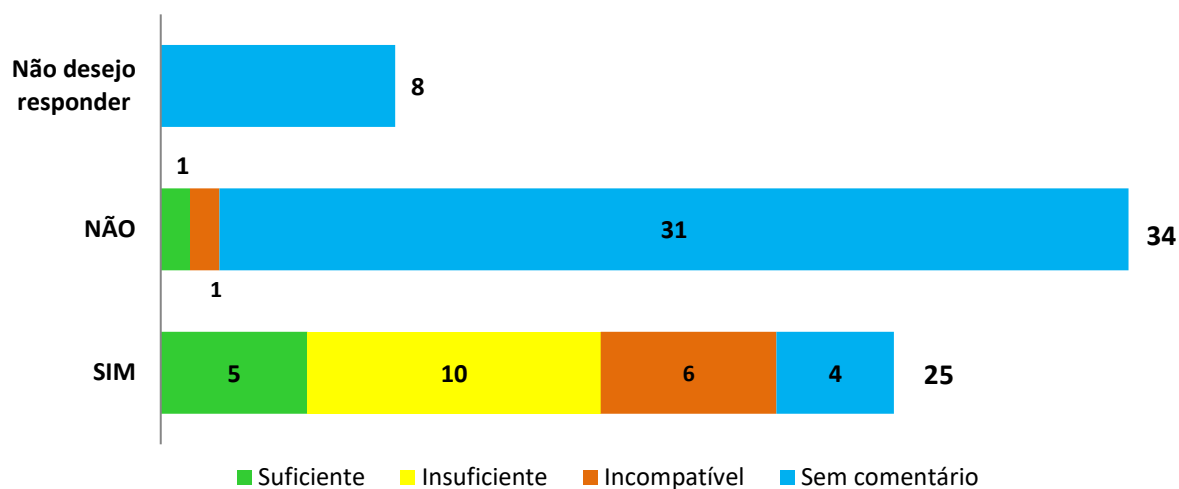
Figura 17 - Curso e período dos alunos não participantes de ações de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

As figuras 16 e 17 mostram que a maioria dos estudantes que aceitaram participar da pesquisa, tem entre 17 e 18 anos e cursam os anos finais do Ensino Médio Integrado.

Figura 18 - Percepção dos alunos a respeito de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A figura acima demonstra que apesar de 25 (vinte e cinco) estudantes terem respondido que sabiam o que é Extensão apenas 5 (cinco) apresentaram o conceito Suficiente, considerando para essa avaliação aqueles que citam termos como **comunidade, sociedade e população** e **não caracterizam esses sujeitos como receptores do conhecimento que vem da instituição**. Foram considerados insuficientes 10 (dez) dos comentários expostos pelos estudantes por envolverem o termo comunidade, mas restringirem essa comunidade como, por exemplo, a escolas públicas, ou tratarem-na apenas como receptor do conhecimento. E 6 (seis) desses comentários foram caracterizados como incompatíveis por fazerem alusão a atividades de ensino e até por não apresentar nenhum sentido lógico.

Essas respostas tidas como insuficientes apontam que esses estudantes ainda estão ligados à concepção na qual a extensão é identificada como a exportação do conhecimento do meio acadêmico para a comunidade externa. Conforme Nogueira (2005), esse conceito emerge da forma como as atividades extensionistas foram desenvolvidas inicialmente, tanto a nível nacional quanto internacional.

Esse conceito remete também a discussão já realizada na fundamentação teórica onde foram expostas as ideias de Paulo Freire a respeito da Extensão Universitária a partir da análise de seu livro “Extensão ou Comunicação?” (2013). Freire traz uma reflexão acerca da abordagem dos extensionistas nas comunidades destacando que esta interação não seja uma via de mão única em que o conhecimento parte pronto da universidade para a comunidade, mas que haja uma interação dialógica, onde as partes se beneficiem e aprendam mutuamente, construindo novos conhecimentos e refletindo acerca das transformações necessárias para melhorar a realidade.

Para Freire, o conhecimento requer uma ação transformadora, pois exige do sujeito uma reflexão sobre aquilo que se aprende, possibilitando uma reinvenção da realidade onde está inserido. Reinvenção esta que deve ocorrer na forma da retroalimentação que a extensão precisa trazer para o instituto. Ou seja, a partir da interação dialógica com a comunidade o ensino e a pesquisa devem sempre ser reformulados para que atendam às necessidades da sociedade e do profissional cidadão que irá atuar em conjunto com a mesma.

Chama a atenção também comentários incompatíveis como: “Ações de pesquisa e ensino fora da sala de aula”, que demonstram um erro frequente em classificar como extensão o que não é entendido como ensino ou pesquisa. Na verdade, a extensão, é como o próprio nome diz, um alongamento do ensino e da pesquisa, de modo que possibilita a sociedade participar do ambiente acadêmico, interagindo dialogicamente, proporcionando a troca de conhecimentos e o repensar do currículo a partir dos apontamentos da comunidade.

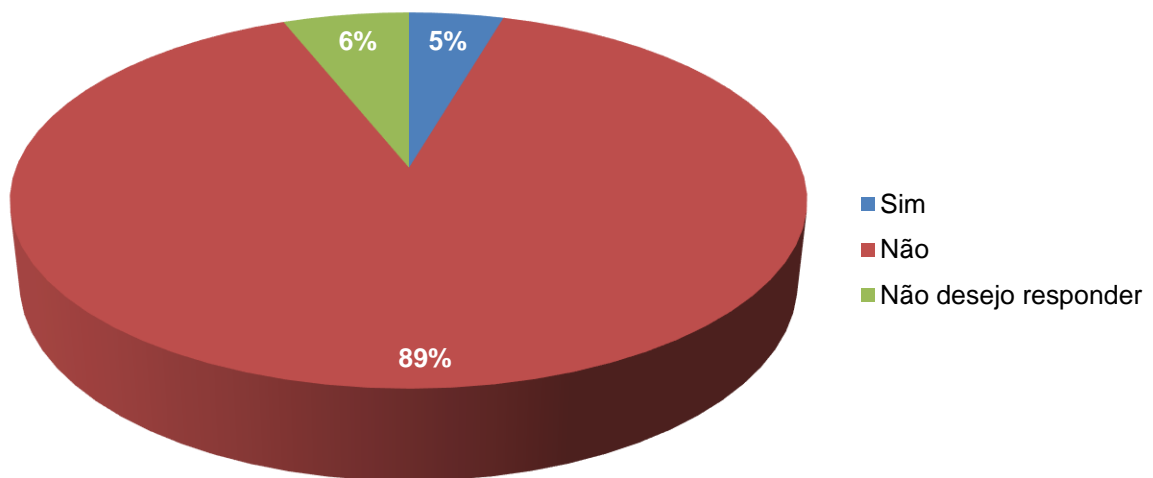
Síveres (2013) relata que na pesquisa realizada com alunos extensionistas das Ices também houve depoimentos de estudantes que não sabiam o que era a extensão antes de participar do projeto, o que revela a importância do produto desenvolvido nessa pesquisa de mestrado e demonstra que outras instituições de ensino superior também precisam melhorar a divulgação de suas ações de extensão.

Depoimentos de dois estudantes participantes da pesquisa realizada nas Ices:

Participei do processo seletivo por haver uma vaga. Visto que não tinha conhecimento de que era um projeto de extensão.

E, inicialmente, eu não conhecia a Proex e nem havia escutado falar nela antes, até o dia em que o professor A. M. me disse que tinha uma vaga para exercer atividades relacionadas à área administrativa, e que seria interessante, além de importante, para a minha formação acadêmica-profissional [...]. (SÍVERES, 2013, p. 51)

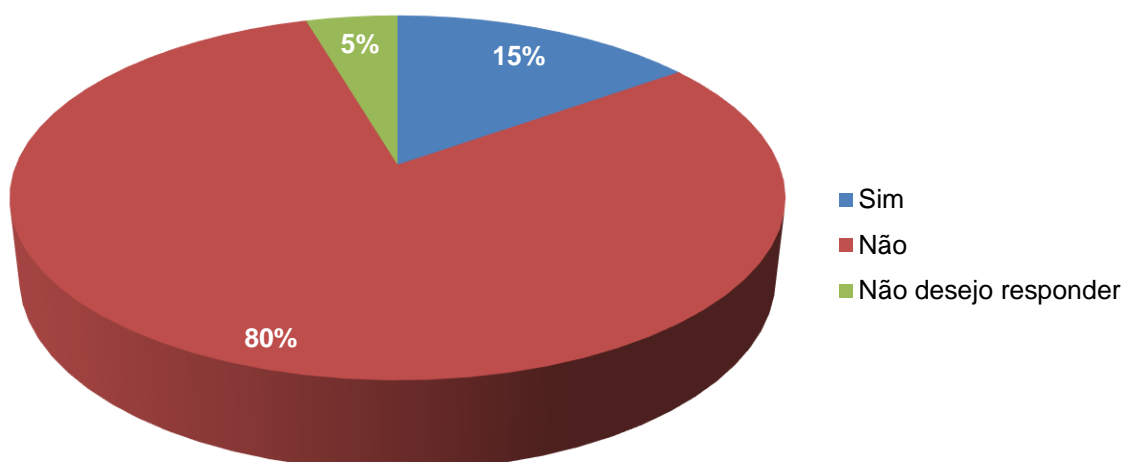
Figura 19 - Conhecimento a respeito das modalidades de atividades de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quando questionados sobre o conhecimento a respeito das ações de extensão desenvolvidas pela Proex 5% dos estudantes respondeu que tem conhecimento, sendo que apenas 3% especificou as modalidades e ainda assim apenas duas modalidades foram citadas. As respostas foram “Artifal” e o “Cursinho”. O que comprova que a maioria dos alunos que participaram da pesquisa não conhece as práticas extensionistas oferecidas pelo Ifal.

Figura 20 - Visita ao site do ifal em busca de informações a respeito de extensão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Observando a figura 20 percebe-se que 80% dos estudantes, durante o tempo que está no Instituto, “nunca” procurou informações a respeito de extensão no site do Ifal. 15% dos estudantes respondeu que já buscou alguns esclarecimentos sobre o tema no site, 7,5% disse que não encontrou o que procurava, 3% informou que encontrou as informações que desejava e 4,5% não respondeu sobre o resultado da busca. Essa análise demonstra a necessidade de incentivo ao acesso a esse meio de comunicação.

A partir da análise dos dados constatou-se que a extensão tem uma grande importância para a formação integral dos estudantes bolsistas e que a maior parte dos alunos possui conhecimento incipiente a respeito da extensão.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional proposto nessa pesquisa é uma cartilha digital com informações a respeito das Ações de Extensão. Essa cartilha será disponibilizada na página da Proex e na plataforma da eduCAPES para que toda a comunidade interna e externa tenha acesso.

Tem a finalidade de transmitir, de forma acessível, especialmente aos alunos, informações a respeito das normas para participação em ações de extensão do Ifal. Sua aplicação mostra-se relevante baseado nas respostas dos estudantes aos questionários aplicados durante a fase de diagnóstico, as quais demonstraram a importância das ações de extensão na formação integral dos bolsistas e a carência de informação a respeito do assunto dos alunos que ainda não participam dessas ações.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifal - PDI (2019-2023, p.110) traz a seguinte concepção a respeito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

A formação acadêmica dos estudantes não pode restringir-se à transmissão de conhecimentos na sala de aula, tampouco conceder a uma minoria o privilégio de realizar pesquisa e extensão, na maioria das vezes desvinculadas da organização curricular. O aprimoramento da relação entre ensino, pesquisa e extensão torna-se um imperativo no sentido de que a prática pedagógica, de fato, viabilize a compreensão crítica da realidade, tão necessária à promoção do desenvolvimento sustentável e transformação da sociedade.

Esta cartilha intenciona ser mais um instrumento que contribua para o aprimoramento da indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão e a formação do estudante do instituto.

A cartilha contém 21 páginas e seu conteúdo se divide nas seguintes seções: Apresentação; Conceito de Extensão; A importância da Extensão no Ifal; Ações de Extensão; Porque participar das Ações de Extensão?; Como participar das Ações de Extensão?

Figura 21 - Capa da cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto



Fonte: Autora (2020). Cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto. (Apêndice A)

Figura 22 - Sumário da cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto

Sumário	
1. Apresentação.....	05
2. Conceito de Extensão.....	06
Princípios.....	08
Diretrizes.....	09
3. A importância da Extensão no Ifal.....	10
4. Ações de Extensão.....	12
Projetos.....	12
Programas.....	12
Cursos.....	15
Eventos.....	16
5. Porque participar das Ações de Extensão?.....	16
6. Como participar das Ações de Extensão?.....	18
Referências.....	20



Fonte: Autora (2020). Cartilha digital Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto. (Apêndice A)

O Produto completo está disponibilizado no Apêndice A.

5.1 Avaliação do Produto Educacional

O questionário aplicado para a avaliação do produto educacional está disponibilizado no Apêndice D, contém 14 questões, sendo 4 abertas e 10 fechadas. Foi respondido por 6 discentes dos Cursos Médio Integrado de Meio Ambiente e Guia de Turismo, 8 servidores da Pró-Reitoria de Extensão e 4 servidores do Campus Marechal Deodoro.

Essas questões foram divididas em duas seções: Identificação do avaliador (categoria, idade e escolaridade) e avaliação da Cartilha. A seção avaliação da Cartilha foi composta pelas seguintes afirmações:

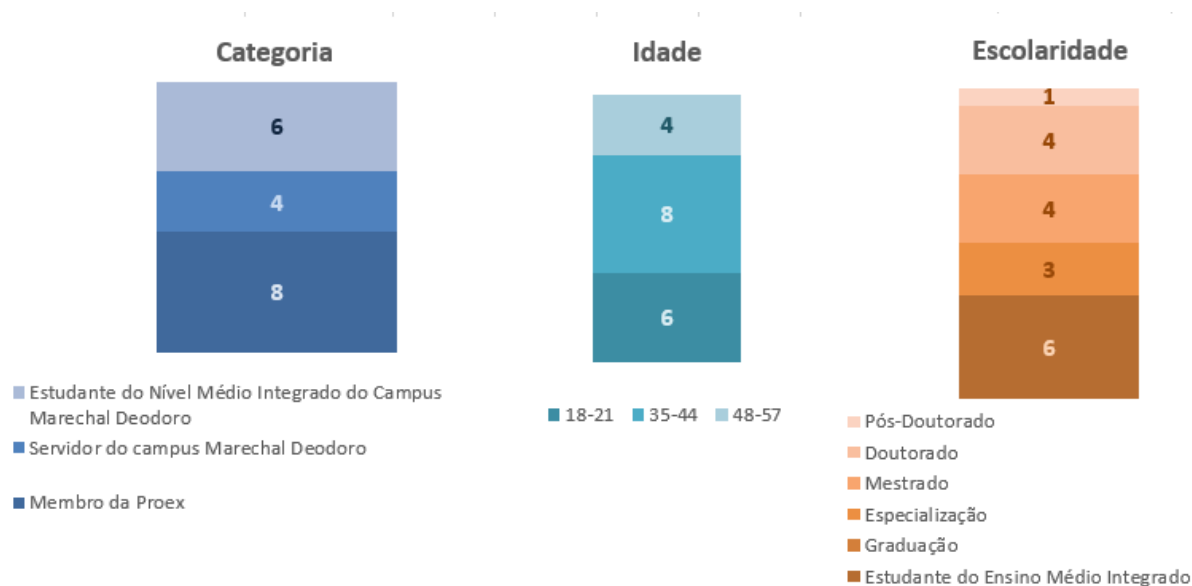
- a) O conteúdo da Cartilha é relevante para o nível de conhecimento de estudantes de Ensino Médio;
- b) A cartilha tem conteúdos esclarecedores a respeito da extensão no Ifal;
- c) A linguagem é adequada pra os estudantes do ensino médio;
- d) Os recursos gráficos são significativos e dialogam com o tema trabalhado;
- e) A diagramação é adequada, sendo agradável ao leitor e informando claramente as passagens de seções;
- f) O produto cumpre com o objetivo de informar os estudantes do ensino médio a respeito das ações de extensão do Ifal e incentivar sua participação nas mesmas.

As respostas para cada uma dessas questões foram apresentadas em escala tipo Likert, sendo organizadas em 5 (cinco) opções: concordo plenamente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo (neutro), discordo parcialmente e discordo totalmente a serem escolhidas de acordo com o grau de concordância do respondente.

Os participantes da pesquisa também foram questionados se haviam encontrado erros gramaticais ou de formatação no produto educacional e, ao final do questionário, havia um espaço aberto para a avaliação ou críticas à cartilha.

Apresentamos o resultado e a análise do questionário de avaliação.

Figura 23 - Identificação dos avaliadores



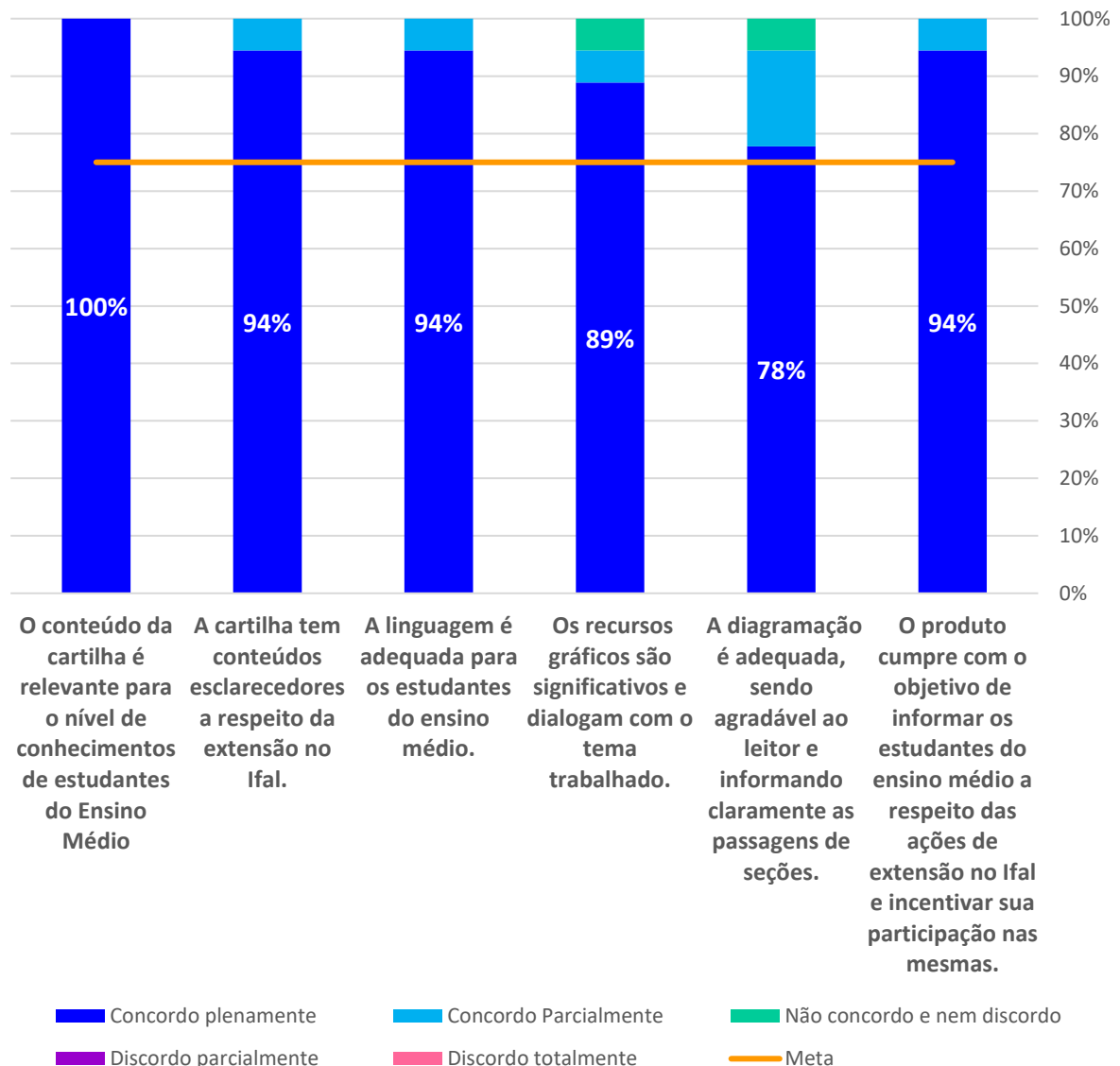
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Quanto à formação é possível observar que 6, ou seja, 1/3 dos respondentes do questionário de validação do produto são estudantes do Nível Médio Integrado, público à que se destina a cartilha, suas idades variam entre 18 e 21 anos.

Os demais participantes são servidores do Ifal e têm formações profissionais distintas, sendo 4 especialistas, 3 mestres, 4 doutores e 1 pós-doutores.

A figura 24 apresenta as respostas a respeito da validação do Produto Educacional:

Figura 24 - Avaliação do Produto Educacional



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A meta estabelecida para a aceitação do produto é baseada na escolha do item concordo plenamente por, pelo menos, 75% dos respondentes, conforme Lima (2017, p.183) e Teles et. al (2014, p. 980).

É possível observar que 94% apontam que a cartilha apresenta conteúdos esclarecedores sobre a extensão, essa afirmativa é relevante ao propósito do produto que apresenta como um dos objetivos levar à comunidade acadêmica conhecimento sobre as ações de extensão para participar efetivamente dessas atividades.

Pela figura apresentada pode-se observar que, para os avaliadores, o conteúdo da cartilha é relevante para o objetivo proposto e a linguagem utilizada é de fácil

compreensão, propiciando a toda comunidade e, especialmente, aos estudantes o acesso a informações a respeito das ações de extensão desenvolvidas pelo instituto.

A figura também retrata que recursos gráficos e diagramação se apresentam de forma clara, dialogando com o tema e possibilitando ao estudante uma leitura dinâmica e interativa.

Não foram encontrados na cartilha erros gramaticais ou de formatação pelos participantes da pesquisa.

A tabela abaixo traz o depoimento de alguns avaliadores a respeito da Cartilha:

Tabela 1 - Depoimentos dos avaliadores a respeito do produto educacional

Unidade de sentido	Como você avalia a cartilha? Deixe sua avaliação e/ou críticas observadas. Estas observações são importantes para o processo de reformulação do Produto Educacional.
Aplicabilidade ao docente	<i>"Iniciativa inovadora. Como docente, se eu tivesse um instrumento como esse, teria tido menos desgaste. Importante seria ter uma cartilha que abordasse também como fazer extensão no ensino superior. Parabéns." (Membro da Proex 1)</i>
Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	<i>"O material é extremamente importante para extensão uma vez que possibilitará a comunidade acadêmica e principalmente os estudantes conhecer as ações desenvolvidas por essa pro-reitoria, e sobretudo contribuir com a missão da instituição de oferta uma educação de qualidade socialmente referenciada fazendo valer o que aponta nossos normativos institucionais na perspectiva da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão." (Membro da Proex 2)</i>
Conteúdo e ilustrações	<i>"Achei bastante didática, conteúdos relevantes e aparência visual muito agradável facilitando a leitura. Além disso, é um material necessário e esclarecedor." (Membro da Proex 5)</i>
Alcance do objetivo	<i>"A cartilha cumpre os objetivos de informar e incentivar os alunos sobre o funcionamento dos programas de extensão do Ifal. Além disso, destaca a relevância da indissociabilidade com a pesquisa e o ensino, contribuindo para uma formação integral dos estudantes do Ensino Médio." (Servidor do Campus Marechal Deodoro 1)</i>
Alcance do objetivo	<i>"A cartilha atende o objetivo de informar sobre o que é, objetivos, tipos de atividades ligadas à extensão no IFAL." (Servidor do Campus Marechal Deodoro 4)</i>
Aplicabilidade ao estudante	<i>"Muito interessante. Essa cartilha vai ser muito importante para o aprendizado dos alunos." (Estudante de Nível Médio Integrado do Campus Marechal Deodoro 4)</i>

Clareza

"A cartilha tem uma linguagem clara e bem elucidativa sobre o tema." (Estudante de Nível Médio Integrado do Campus Marechal Deodoro 6)

Constatamos que a maioria das opiniões expressa pensamentos idênticos, de forma que se complementam. Na concepção dos respondentes, a cartilha cumpre com o seu objetivo de divulgar e incentivar o desenvolvimento das ações de extensão no instituto com a finalidade de fortalecer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando promover o processo de transformação social nas regiões de atuação do Ifal.

Dessa forma, o produto será mais um recurso que o Ifal poderá utilizar para promover a extensão, aproximando o instituto e os alunos da sociedade, oportunizando a interação dialógica e, principalmente, realizando o que Freire (1983, p.106) denomina de "Práxis", "a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo". A extensão possibilita essa ação coletiva dos homens, aqui representados pelos alunos e pelos integrantes da comunidade, atuando conjuntamente para a superação de suas adversidades.

Por fim, a extensão contribui significativamente para a formação integral promovida pelo instituto, uma vez que ela oportuniza o desenvolvimento do que Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) definem por trabalho como princípio educativo, ou seja, o aprendizado do sujeito a partir de seu trabalho, de sua intervenção na realidade através da aplicação de seu conhecimento adquirido em suas vivências, no ensino, na pesquisa e realizado a partir da extensão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão se apresenta como articuladora entre o Ifal e a sociedade, uma vez que busca no âmbito de suas atribuições o acesso da comunidade aos conhecimentos desenvolvidos no instituto e aos estudantes a possibilidade de vivenciar a realidade social e entender o seu papel como cidadão crítico e participativo, utilizando o conhecimento de que se apropria para intervir na solução dos problemas dessa comunidade, articulando o saber científico e o popular sem negligenciar as questões sociais, tecnológicas, ambientais e o complexo mundo do trabalho.

A relação indissociável que a extensão estabelece com a sociedade é dinâmica e potencializadora quando possibilita mudanças no processo pedagógico e proporciona o despertar do senso crítico contribuindo na compreensão das diferentes realidades sociais. Como apontado no PDI 2019-2023, a educação no Ifal não pode se eximir do seu papel de mediadora levando à produção e à socialização do saber acadêmico, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Respondendo as perguntas de pesquisa o diagnóstico realizado trouxe os seguintes apontamentos: o nível de conhecimento a respeito das ações de extensão dos estudantes que não possuem vínculo com essas ações é incipiente. Dessa forma, respondendo a segunda e a terceira perguntas a Pró-Reitoria de extensão pode consolidar as orientações sobre as ações de extensão divulgando o produto educacional desenvolvido nessa pesquisa o qual foi produzido visando apresentar de forma atrativa e com uma linguagem acessível as ações de extensão de modo a despertar o interesse pela integração entre teoria e prática profissional a partir da interação junto à comunidade externa.

Nas falas dos estudantes pesquisados, ao abordar sobre a importância da extensão para sua formação, estes atribuem à instituição a responsabilidade de oferecer as condições necessárias para sua participação nessas ações. Quando se reportam a essa participação se posicionam falando que além de se sentirem útil para a sociedade, afirmam a mudança de comportamento por perceberem mais segurança para falar em público e acreditar que a transformação social se dá, também, por intermédio do processo educativo.

Ainda de forma incipiente, observamos a partir das falas dos estudantes pesquisados, uma compreensão já mais elaborada, como sujeitos da produção do saber, interessados em criar as possibilidades para uma formação integral.

Verificamos, também, o compromisso com o processo de aprendizagem e o entendimento de que para atuar no setor produtivo é necessária uma formação de qualidade que alie ensino, pesquisa e extensão nesse processo.

No entanto, o debate sobre as ações da extensão como articuladora para formação integral dos estudantes está longe de ser encerrado. Isso, em grande parte, deve-se ao fato de que ainda não se tem, na maioria dos IFs uma compreensão de extensão como um processo inter-multi-transdisciplinar, educativo, profissional, cultural, científico, tecnológico e político que, como parte do itinerário formativo, promove a interação dialógica e transformadora entre a instituição e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

Em parte, essas instituições se veem constantemente desafiadas a oferecer por intermédio das ações extensionistas alternativas de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, de acordo com as necessidades do “mercado de trabalho”.

Vale destacar, que as instituições de educação profissional, nesses últimos tempos têm passado por uma série de mudanças estruturais de ordem política e econômica. No entanto, não se pode perder de vista que o propósito da instituição de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se ao novo sistema produtivo, requer um olhar atento às ações que ofertamos em todos os espaços tanto do ensino quanto da pesquisa e da extensão para que as propostas de formação advindas dessa articulação se situem no propósito de formar o estudante na sua totalidade.

Outro fator importante é o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela extensão. Por meio desses processos, poderá se ter um feedback dessas ofertas favorecendo a melhoria da qualidade de seus resultados, evidenciando, dessa forma, o objetivo extensionista de contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça a troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.

Entendemos que tudo isso possibilitará a adoção, de um projeto de extensão que permita ao estudante se envolver de forma eficaz nas ações ofertadas contribuindo efetivamente na sua trajetória acadêmica.

Chamamos atenção no presente estudo para a estreita relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como articuladora do processo de formação integral do estudante. Destacando, ainda, o fato de que a indissociabilidade entre essas três

categorias fortalece o envolvimento do aluno com a instituição e, conseqüentemente, sua permanência e conclusão com êxito.

Por fim, vale ressaltar que a importância da participação dos estudantes em atividades de extensão e uma proposta de ações que vise a formação integral, como já foi dito, exige reflexão de todos os segmentos envolvidos no sentido de pensarem coletivamente o papel do Ifal no processo de formação dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. **Estudante do Campus Santana é selecionada para intercâmbio na Itália**. 14 de agosto de 2019, online. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/campus/santana/noticias/estudante-do-campus-santana-fara-intercambio-na-italia>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ANTUNES, R; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade, v. 25 n. 87, p. 335 - 351, mai./ago. 2004.

ARAUJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61 - 80, mai./ago. 2015.

BELTRÃO, T. **Reforma de 1971 tornou ensino técnico obrigatório**. Jornal do Senado. 6 de março de 2017. Disponível em: <[BEZERRA, D. de S. **Ensino médio \(des\)integrado: história, fundamentos, política e planejamento curricular**. Natal/RN: IFRN Editora, 2013.](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura#:~:text=A%20Lei%205.692%20mudou%20a,n%C3%ADvel%20deveriam%20otornar%2Dse%20profissionalizantes.> Acesso em: 26 mar. 2020.</p></div><div data-bbox=)

BONAN, I. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm> Acesso em 22 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 - Publicação Original**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 mar.2020.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931** – publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931** – exposição de motivos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5224.htm>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 02 jul. 2020.

_____. **Decreto Nº 6.495, de 30 de junho de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Decreto Nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7233.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. **Decreto-Lei Nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. **Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm> Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. **Lei Nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei Nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei Nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-norma-pl.html>> Acesso em: 04 abr. 2020.

_____. **Lei Nº 10.172/01, de 9 de janeiro de 2001.** Plano Nacional de Educação 2001 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10172.htm>. Acesso em: 03 ago.2019.

_____. **Lei Nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. **Lei Nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Resolução n.466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso: 19 de outubro de 2018.

CONIF. Conselho Nacional de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **Extensão Tecnológica:** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Comissão Permanente de Avaliação de Extensão Universitária. **Avaliação da Extensão Universitária:** práticas e discussões da Comissão Permanente de

Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: UFMG, 2013a. (Coleção Extensão Universitária; v.8) Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf> Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **XXXIII Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta do Rio de Janeiro, 14 de maio de 2013b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2013-XXXIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RJ.pdf> Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. **XXXV Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Belém, maio de 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PA.pdf> Acesso em: 28 ago.2019.

_____. **XXXVI Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Goiânia, novembro de 2014. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXVI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_GO.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XXXVII Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Gramado – RS, maio de 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RS.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XXXVIII Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de João Pessoa, PB, 6 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PB.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XXXIX Encontro Nacional FORPROEX.** Carta de São Bernardo do Campo/SP, 13 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2016-XXXIX_Encontro-Nacional-do-FORPROEX_SP.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XL Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Ouro Preto-MG, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_Ouro_Preto_-_XL_FORPROEX.pdf> Acesso em: 28 ago.2019.

_____. **XLI Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Porto Seguro/BA, 19 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_Porto_Seguro-2017.pdf> Acesso em: 28 ago.2019.

_____. **XLII Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Florianópolis/SC, 17 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_FLORIANOPOLIS.pdf> Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XLIII Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta-manifesto de Natal, 27 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XLIV Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta de Vitória/ES, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_VIT%C3%93RIA_FORPROEX_1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **XLV Encontro Nacional do FORPROEX.** Carta De Brasília/DF, maio de 2019. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_brasilia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FORPROEX; MEC. **Plano Nacional De Extensão Universitária.** 2000-2001. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/PNEX.pdf>> Acesso em: 01 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Extensão ou comunicação?** 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores – EXCERTOS.** Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50172049/O_TRABALHO_COMO_PRINCIPIO_EDUCATIVO_NO_PROJETO_DE.pdf?1478555253=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_TRABALHO_COMO_PRINCIPIO_EDUCATIVO_NO_P.pdf&Expires=1601956464&Signature=cTX91qxwaF6gcCa3IUUFceGmiob~9Pp7eStiE7dEoFh592jzVbAj8oooxCYRfxHXN4OkoGAM0SCQXmBPncXIzzn4ojyZRplSh4EDLzuAnybG65aj8gMN9x~r3ctILoE~RINHlrKhDhSmgolItBLnYFkYCYFxOEt fQ--Sf-N~xCG5YWwwRw68nu9t~fhg1OBzZQ2-GdNiihUWFQy9NICpBWnsQkKgXexwZrDbWej3NLwoT2p80aMqWFvLT~0jT9XCo~bf0iTUO6Y66Xt54jHIMaYb~Wsog6->

eJCUUuXRxj0Dgu7YscWqAZV9WMNLn3YvB1~Nu0~3adX91sdSwFB78rA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA >. Acesso em: 16 mar. 2020.

GARCIA, A. de C. et al. **A educação profissional no Brasil: origem e trajetória**. Revista Vozes dos Vales, v. 12, n. 13, Ano VII, p. 1-18, mai. 2018.

GARRAFA, V. **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades, 1987/ 1988**. Brasília: Ed. UNB, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. de F. F. A.; SANTOS, M. do S. F. dos. **Extensão no IFAL: avanços e desafios no campus de Marechal Deodoro**. Extensão: conexão e diálogo. João Pessoa: IFPB, 2016.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção materialista da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/ifal-define-planejamento-para-2020-e-encerra-evento-com-palestra-sobre-lideranca/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Resolução 10/CS, de 30 de março de 2011**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/legislacao-e-normas/legislacao>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Edital de Chamada Programa de Extensão Institucional “MINHA COMUNIDADE” – ano 2019a** Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/editais>> Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Edital de Chamada Programa de Extensão Institucional “ARTIFAL”** – ano 2019b Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/editais>> Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Edital de Chamada Programa de Extensão Institucional “PROIFAL”** – ano 2019c Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/editais>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

KAPLÚN, G. **Material Educativo**: a experiência do aprendizado. Revista comunicação & Educação, n. 27, p. 46 – 60, mai/ago. 2003.

LEITE, M. T. F.; NUNES, B. M. V. T. **Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária** – Um Resgate Histórico 1975-1986. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v.18 n.3, p. 427 – 435, jul/set. 2009.

LIMA, A. C. M. A. C. C.; et al. **Construção e Validação de cartilha para prevenção da transmissão vertical do HIV**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 30, n. 2, p. 181-189, 2017.

MANFREDI, S M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ª edição. revista. São Paulo, Boitempo, 2011.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 20 n. 63, p. 1057 - 1080, out./dez. 2015.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Onde Falha o Plano Nacional de Extensão**. Interagir: pensando a extensão. n. 4, p. 7 – 14. 2003.

_____. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAIVA, V. **Extensão universitária no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 67, n. 155, p. 131-151, 1986.

PIZZANI, A; RIOLO, V. **A Multimodalidade Contribuindo e Influenciando no Processo de Letramento no Gênero Cartilha**. Disponível em: <https://protecao.com.br/upload/protecao_noticia/file5889.pdf> Acesso em: 17 ago. 2020.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. Disponível em:<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

_____. **Ensino Médio Integrado**: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAUJO, A. C; SILVA, C. N. N. DA S. (orgs.) Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ROCHA, R. M. G. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação. Revista Educação em Debate, v. 6-7, n. 2-1, 1983-1984. Disponível em: <<http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/396/241>>. Acesso em: 18 set. 2019.

SANTOS, S. B. de. **A universidade no século 21**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. da, S. S. dos; MENDES, I. A. C. **Projeto Rondon**: a metodologia educativo-assistencialista de trabalho dos estagiários universitários. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v. 9 n. 1, p. 124 – 137. UFRJ, abr. 2005.

SAVELI, E. L. de; TEIXEIRA, E. M. A. P. de. **Projeto Rondon e sua função político social**. Revista Conexão UEPG, v. 2, n.1, p. 59 – 63, jan./ dez. 2006.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152 - 180, jan./ abr. 2007.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <https://cristine-tanajura.webnode.com/_files/200000021-e6560e752b/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo**: Exemplo de Aplicação de Técnica de Análise de Dados Qualitativos. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVA, M. G. da; ACKERMANN, S. R. **Da extensão universitária à extensão tecnológica**: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a sociedade. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense*. Ano 1, n. 2, p. 9 – 18, dez. 2014.

SÍVERES, L. **A Extensão Universitária como princípio de Aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TELES, L. M. R.; et al. **Construção e validação de manual educativo para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 48, n. 6, p. 977-984, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIPP, D. **Pesquisa ação**: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set-dez. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Produto Educacional



Extensão no Ifal:

aprendizagem para além
dos muros do Instituto.

Autora:

Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa

Orientadora:

Maria do Socorro Ferreira dos Santos





Extensão no Ifal:

aprendizagem para além dos muros do Instituto.

1ª edição

Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa
Maria do Socorro Ferreira dos Santos



**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas
2020



REITOR

Carlos Guedes de Lacerda

PRO-REITOR DE EXTENSÃO

Abel Coelho da Silva Neto



Expediente Técnico

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Produção: **Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa**

Orientação: **Prof^a Dr^a Marla do Socorro Ferreira dos Santos**

Projeto gráfico e diagramação: **Karollne Barros Feltosa**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Instituto Federal de Alagoas

Campus Avançado Benedito Bentes

Biblioteca



B238e

Barbosa, Kelly Medeiros de Oliveira.

Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto / Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa, Maria do Socorro Ferreira dos Santos. – 2020.

20 f. : il.

1 CD-ROM: il.

ISBN: 978-6500-12555-9

Produto Educacional da Dissertação - A extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas: contribuições para formação integral dos estudantes (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Educação Profissional. 2. Ensino. 3. Formação Integral.

I. Santos, Maria do Socorro Ferreira dos. Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

Sumário

1. Apresentação.....	05
2. Conceito de Extensão.....	06
Princípios.....	08
Diretrizes	09
3. A importância da Extensão no Ifal	10
4. Ações de Extensão	12
Projetos	12
Programas	12
Cursos	15
Eventos	16
5. Porque participar das Ações de Extensão?.....	16
6. Como participar das Ações de Extensão?.....	18
Referências	20



1. Apresentação

Compreendendo a importância da extensão na formação integral do estudante e acreditando que para isso acontecer é necessário haver uma comunicação eficaz da instituição de ensino com a sociedade, elaboramos essa cartilha com o intuito de divulgar e incentivar o desenvolvimento das ações de extensão no instituto com a finalidade de fortalecer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando promover o processo de transformação social nas regiões de atuação do Ifal.

Para elaboração dessa Cartilha tomamos como princípio norteador alguns normativos institucionais a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019 - 2023) que explicita a Missão e Visão do Ifal nos seguintes termos:



- **Missão:** Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir no desenvolvimento sustentável. (IFAL, 2019, p. 39)
- **Visão:** Ser uma instituição de referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a transformação social nas regiões de sua atuação. (IFAL, 2019, p. 39)



Link para o PDI:

<https://www2.ifal.edu.br/noticias/conselho-superior-do-ifal-aprova-plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view>



Dessa forma, esperamos que essa cartilha desperte na comunidade acadêmica especialmente em vocês estudantes o interesse em participar das ações de extensão compreendendo que sua formação se dá alicerçada no tripé **ensino, pesquisa e extensão**.



2. Conceito de Extensão

A extensão é a ponte entre o Ifal e a sociedade, pois proporciona acesso da comunidade aos conhecimentos desenvolvidos no instituto e aos estudantes a possibilidade de vivenciar a realidade social e entender o seu papel como cidadão crítico e participativo, utilizando o conhecimento de que se apropria para intervir na solução dos problemas dessa comunidade, bem como des-

cobrir conhecimentos populares e entender o fundamento científico dos mesmos.

O PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023) traz a seguinte concepção da extensão na esfera do Ifal:

A extensão – indissociável ao ensino e à pesquisa – é parte do processo educativo, cultural e científico, por meio do qual se busca viabilizar a relação transformadora do Ifal com a sociedade, bem como a articulação entre o mundo do trabalho e diferentes seguimentos sociais, no incentivo e apoio educativo que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desse modo, as atividades de extensão buscam atender às necessidades da comunidade, em todos os domínios sociais para os quais o Ifal tenha

potencial de atuação, nos âmbitos tecnológicos, cultural, político e educacional. (IFAL, 2019, p. 174)

Assim, podemos perceber que a palavra chave na definição da Extensão é **COMUNIDADE**, pois todas as ações desenvolvidas buscam atender às suas necessidades.



Essa participação é tão importante para o IFAL que a instituição criou a obrigatoriedade do percentual de 80% de público externo em suas ações de extensão:

:

Art. 20. Os Projetos e Cursos terão como público-alvo a comunidade externa, admitindo-se, em caso de interesse institucional, a participação de público pertencente aos quadros do Ifal na ordem máxima de 20% do número de vagas previstas (IFAL, 2011, p. 5).



Link para a Resolução CS 10-2011 - Regulamenta as atividades de extensão no Ifal:

<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/legislacao-e-normas/legislacao>



Princípios

O PDI (2019-2023) traz os princípios nos quais deve estar baseada a Extensão do Ifal:

- a) Indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa
- b) Compromisso com a transformação social
- c) Divulgação do conhecimento científico
- d) Incentivo à produção cultural
- e) Interação dialógica com a comunidade
- f) Impacto na formação do estudante
- g) Curricularização da Extensão

Os princípios estão diretamente ligados à formação do estudante e ao compromisso com a transformação social. Uma vez que o Ifal é uma instituição pública e deve pautar suas ações de modo a alcançar as necessidades da comunidade, a extensão precisa

ser desenvolvida respeitando os conhecimentos das pessoas atendidas a respeito de sua própria realidade e aceitar suas sugestões para a condução da ação.

A extensão deve atuar sempre no sentido de retroalimentar o ensino e a pesquisa de forma que as necessidades da comunidade sejam consideradas no desenvolvimento do tripé formativo ensino-pesquisa-extensão.



Diretrizes

Constituem diretrizes da extensão no Ifal, com base nas diretrizes do MEC (IFAL, 2020a, p. 1):

I- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;

II- Interagir de forma sistematizada com a comunidade externa, por intermédio da participação das(os) servidoras(es) e estudantes do Ifal;



III- Integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;

IV- Propiciar a formação cidadã das(os) estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

V- Incentivar a produção de mudanças na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

VI- Promover atividades que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão;

VII- Colaborar para o fortalecimento da identidade institucional do Ifal, desempenhando papel de agente transformador da realidade local e

regional;

VIII- Estimular o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo através de atividades de formação, orientação e acompanhamento;

IX- Promover a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias numa perspectiva de sustentabilidade;

X- Incentivar atividades na área de tecnologia assistiva, promovendo inclusão.



3. A importância da extensão no Ifal

O primeiro edital de extensão foi publicado pelo Ifal em 2011, nesse edital, apenas servidores do instituto poderiam propor projetos de extensão. No ano seguinte, foi lançado também o edital de projetos na modalidade estudante, possibilitando que os estudantes fossem proponentes de projetos desde que um servidor os orientasse. Essa nova modalidade, fortalece o protagonismo estudantil e estimula a participação dos estudantes na extensão.

No ano de 2012 foi lançado o edital de cursos de extensão e foram registrados 18 cursos oferecidos pelo instituto.

A partir de 2014 foram lançados os editais dos 4 programas institucionais do Ifal, sendo estes o **Minha Comunidade**, o **Artifal**, o **Propeq** e o **Proifal**.

O Ifal conta com 16 campi em sua constituição, sendo estes: Arapiraca, Batalha, Benedito Bentes, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa.



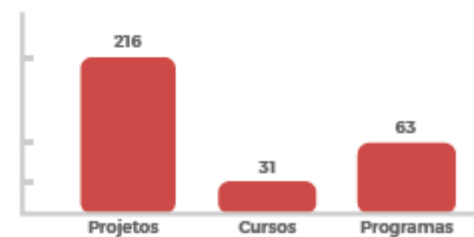
O número de municípios atendidos pelas Ações de Extensão do Ifal comprova que essas atividades corroboram para que a instituição cumpra com sua função social e estenda-se além de seus limites geográficos, promovendo o diá-

go entre o conhecimento científico e popular, possibilitando o desenvolvimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a partir da interação dialógica entre a instituição e a sociedade, reafirmando seu compromisso com a transformação social e promovendo o desenvolvimento regional. (PDI 2019-2023)

No ano de 2019 o instituto esteve presente em 53 municípios e, por meio de suas ações de extensão, beneficiou 35.252 pessoas.

As ações de extensão no mesmo ano contaram com a participação de 978 estudantes, sendo 724 bolsistas e 254 voluntários.

O gráfico abaixo mostra o número de ações desenvolvidas pelo Ifal em 2019.



4. Ações de extensão

As ações de extensão desenvolvidas no Ifal estão organizadas em quatro modalidades:



Os **projetos** são o conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada. (IFAL, 2019, p. 109)



Podem ser propostos por servidores ou por estudantes. Porém, para projetos de autoria estudantil é necessária a atuação de um servidor como orientador.



Serão considerados **programas** o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico-institucional, integração no território ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. (IFAL, 2019, p. 109)

São programas institucionais do Ifal:



- O Propeq tem como objetivo a disseminação dos resultados das pesquisas desenvolvidas no Ifal e registradas na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PRPPI, de modo a colocar seus benefícios a serviço da sociedade.

Podem ser proponentes do Programa os(as) servidores(as) e estudantes do Ifal que desenvolveram projetos de pesquisa, devidamente registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Ifal (PRPPI), e que tenham cumprido todos os requisitos exigidos.



- O Programa objetiva incentivar ações artísticas e culturais.





Minha COMUNIDADE

- Objetiva desenvolver em determinada comunidade um conjunto de ações extensionistas, sobretudo projetos, cursos e eventos, com forte característica dos cursos ofertados pelo Ifal, que aponte soluções para a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e produtiva, e a geração de oportunidades.

Entende-se por comunidade um grupo específico de pessoas que reside em uma mesma área geográfica, grupos sociais ou categorias profissionais.



Novos programas estão sendo desenvolvidos para melhor atendermos as necessidades da comunidade, fiquem atentos aos lançamentos dos editais!

Cursos de Extensão são ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos, oferta não regular, tendo como público alvo a comunidade externa. Podem ser de formação inicial ou continuada, ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância. (IFAL, 2020b, p. 1)



O objetivo dos Cursos de Extensão é proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social; promover a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de conhecimentos dos profissionais; qualificar e

requalificar trabalhadores, preparando-os para um tipo de atividade profissional, a fim de promover seu ingresso ou reingresso no setor produtivo e ampliar as competências profissionais de trabalhadores. (IFAL, 2020b, p. 1)

Os Cursos de Extensão têm como público alvo pessoas em idade economicamente produtiva.



Importante!

Os bolsistas deverão, obrigatoriamente, atuar como instrutores/monitores nos Cursos.




Os **eventos** também são considerados como ações de extensão. Essas ações envolvem a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo Ifal.

Estão incluídos nessa categoria: campanhas, palestras, ciclos de estudos ou de palestras, circuitos, concertos, espetáculos, recitais, shows, exposições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos dentre outros. (IFAL, 2019, p. 109)





5. Por que participar das ações de extensão?




 **Para responder essa questão, foi desenvolvida uma pesquisa com bolsistas das ações de extensão do campus Marechal Deodoro em 2019. Podemos ver nas respostas deles a importância dessas ações para sua formação.**


→ **Motivação para participar das Ações de Extensão**


 **88%** dos participantes respondeu que acreditava que seria bom para a formação profissional e que aprenderia coisas novas.

 **59%** afirmou que queria ajudar pessoas de alguma forma.


→ **Importância dessa atividade para eles**


 **72%** afirmou que aumentou a coragem de falar em público.


 **66%** diz que se sentiu útil para a sociedade.

 **66%** afirma que o dinheiro da bolsa foi muito importante.

→ **Sobre a Bolsa**

 **72%** dos alunos responderam que ajudou em suas despesas pessoais.

 **53%** afirmam que ajudou nas despesas domésticas.

 **56%** respondeu que participaria da ação ainda que não houvesse bolsa.

Com essas respostas, podemos afirmar que os estudantes do Ifal têm clareza da importância de uma formação integral para o exercício da cidadania e da inserção profissional, pois ao apontar a formação profissional como o principal motivo para a participação nas ações de extensão seguido da condição de se sentirem úteis à sociedade, eles revelam que a transformação social se dá, também, por intermédio do processo educativo.

Assim, torna-se plausível supor que ao ingressarem nas ações de extensão, como uma alternativa para melhoria de sua formação profissional, os estudantes têm clareza de que a sua participação, nessas ações, possibilita vivenciar na prática os conhecimentos científico-tecnológicos que adquiriram em sala de aula.



A participação em Ações de Extensão pode ser contabilizada como prática profissional. Converse com o coordenador do seu curso sobre essa possibilidade!



6. Como participar das Ações de extensão?

Observar o lançamento dos editais anuais pela Pró-Reitoria de Extensão no link abaixo:



<http://www.extensao.ifal.edu.br/>



Caso você tenha um projeto de extensão em mente procure um servidor no seu campus para ser seu orientador.



DICA!

Observe o seu entorno, sua escola de ensino fundamental, o seu bairro. Estes são lugares que você conhece e para os quais pode propor melhorias através de diálogos com as pessoas que compõem essa comunidade e com seus professores no Ifal.



- Se você não tem um projeto próprio demonstre interesse em participar de uma ação de extensão a seus professores. Assim você aumenta a chance de ser convidado para atuar como bolsista!

- **Lembre-se!** Não havendo bolsa de extensão disponível é sempre possível participar como voluntário, o que também te possibilitará o aprendizado através do contato com a comunidade e a atuação prática!



Referências

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/conselho-superior-do-ifal-aprova-plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf/view>> Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. **Resolução 10/CS, de 30 de março de 2011**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/legislacao-e-normas/legislacao>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. **EDITAL PROEX N° 01/2020 - PROJETOS DE EXTENSÃO**. MODALIDADES SERVIDOR e ESTUDANTE, 2020a. Disponível em:< <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/editais-2020>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

_____. **EDITAL PROEX N° 02/2020 - CURSOS DE EXTENSÃO**, 2020b. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/extensao/editais/editais-2020>>. Acesso em: 22 abr. 2020.



APÊNDICE B - Questionário – Bolsistas de Extensão

Observações e orientações:

- Esse questionário é parte de uma pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional realizada no Instituto Federal de Alagoas (Ifal);
- Fique à vontade para responder o questionário, seja o/a mais verdadeiro/a possível;
- A participação na pesquisa é voluntária, contudo, a sua participação é muito importante;
- Considerando a importância do sigilo, você não deve registrar seu nome no questionário;
- Para as questões fechadas, leia com atenção e, por favor, marque um X para a resposta que melhor represente sua avaliação. Mais de uma resposta pode ser marcada.
- Para as questões abertas, leia com atenção e, por favor, responda de acordo com seus conhecimentos prévios.

1. Qual a sua idade? _____

2. Qual o seu curso?

- Meio Ambiente
- Guia de Turismo
- Hospedagem
- Cozinha
- Gestão Ambiental

3. Em que ano/período do curso você está? _____

4. Por que você decidiu participar da extensão do Ifal?

Responda marcando com um X (pode ser mais de uma resposta marcada)

- Por causa da bolsa de 400,00.
- Porque eu acreditava que seria bom para a minha formação profissional e eu aprenderia coisas novas.
- Por que queria ajudar as pessoas de alguma forma.
- Por que eu queria ocupar meu tempo livre de alguma maneira.
- Só por curiosidade.
- Por que outros alunos que tinham participado incentivaram.
- Por que os professores incentivaram.
- Por que a administração do campus incentivou.
- Outro motivo: qual? _____
- Não desejo responder.

5. Agora que você está participando da extensão, qual a importância para você?

Responda marcando com um X (pode ser mais de uma resposta marcada)

- Aumentou minha disposição para os estudos
- Aprendi mais sobre o funcionamento da sociedade
- Aprendi com a comunidade envolvida no projeto algo que eu não sabia
- Aumentou minha coragem de falar em público
- Minhas notas melhoraram
- Entendi mais sobre o relacionamento com as pessoas
- Senti-me útil para a sociedade
- O dinheiro da bolsa foi muito importante para mim
- A extensão evitou que eu desistisse do Ifal.
- Outra resposta: qual? _____
- Não desejo responder.

6. Depois de ter participado da extensão, você recomendaria aos seus colegas que também participassem (marque com x).

- Sim
- Talvez
- Não
- Não desejo responder.

Justifique sua resposta:

7. Como você avalia a qualidade da sua ação de extensão? (marque com x)

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não desejo responder

8. Como você considera a atuação do coordenador ou orientador da sua ação?

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo
- Não desejo responder

9. Sobre a bolsa de extensão, marque as alternativas que concorda:
Responda marcando com um X (pode ser mais de uma resposta marcada)

- () Se não tivesse bolsa eu não participaria
- () Ajudou nas minhas despesas pessoais
- () Ajudou nas despesas da minha casa
- () Mesmo sem bolsa eu participaria
- () Se não fosse a bolsa eu teria desistido do Ifal
- () Outro comentário que deseja registrar: _____
- () Não desejo responder

10. Como você considera o apoio do seu campus na extensão?

- () Muito bom
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Péssimo
- () Não desejo responder

11. Deixe aqui sugestões para o futuro da extensão no Ifal.

Obrigada por ter participado! Com certeza sua ajuda será relevante para nossa pesquisa.

O resultado deste trabalho tem previsão de publicação para agosto de 2020. Caso haja interesse, mande e-mail para kellymedeiros@gmail.com.

APÊNDICE C - Questionário – Alunos que não participam de ações de Extensão

Observações e orientações:

- Esse questionário é parte de uma pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional realizada no Instituto Federal de Alagoas (Ifal);
- Fique à vontade para responder o questionário, seja o/a mais verdadeiro/a possível;
- A participação na pesquisa é voluntária, contudo, a sua participação é muito importante;
- Considerando a importância do sigilo, você não deve registrar seu nome no questionário;
- Para as questões fechadas, leia com atenção e, por favor, marque um X para a resposta que melhor represente sua avaliação;
- Para as questões abertas, leia com atenção e, por favor, responda de acordo com seus conhecimentos prévios.

1. Qual a sua idade? _____

2. Qual o seu curso?

Meio Ambiente

Guia de Turismo

3. Em que ano do curso você está?

1º ano

2º ano

3º ano

4º ano

4. Você sabe o que é Extensão:

Sim

Não

Não desejo responder

Se a resposta foi sim descreva com suas palavras o que significa:

5. Você conhece as modalidades de ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão do Ifal:

Sim

Não

Não desejo responder

Se a resposta foi sim cite descreva quais modalidades você conhece:

6. Você já visitou o site do Ifal em busca de informações a respeito de extensão?

Sim

Não

Não desejo responder

Se a resposta foi sim, você encontrou o que procurava?

Obrigada por ter participado! Com certeza sua ajuda será relevante para nossa pesquisa.

O resultado deste trabalho tem previsão de publicação para agosto de 2020. Caso haja interesse, mande e-mail para kellymedeiros@gmail.com.

APÊNDICE D - Formulário de avaliação de Produto Educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT): “Extensão no Ifal: aprendizagem para além dos muros do Instituto.”

1. Endereço de e-mail

2. Declaro que aceito participar desse processo de avaliação, sendo seu conteúdo de fundamental importância para o processo de validação do Produto Educacional em construção.

() Concordo em participar.

() Não quero participar.

3. Identificação do avaliador

() Membro da Pró-Reitoria de Extensão do Ifal.

() Servidor do Campus Marechal Deodoro.

() Estudante do Nível Médio Integrado do campus Marechal Deodoro.

4. Idade

5. Escolaridade

() Estudante do Nível Médio Integrado.

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-Doutorado

6. O conteúdo da cartilha é relevante para o nível de conhecimentos de estudantes do Ensino Médio.

() Concordo plenamente

() Concordo parcialmente

() Não concordo nem discordo (neutro)

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

7. A cartilha tem conteúdos esclarecedores a respeito da extensão no Ifal.

Concordo plenamente

Concordo parcialmente

Não concordo nem discordo (neutro)

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

8. A linguagem é adequada para os estudantes do ensino médio.

Concordo plenamente

Concordo parcialmente

Não concordo nem discordo (neutro)

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

9. Os recursos gráficos são significativos e dialogam com o tema trabalhado.

Concordo plenamente

Concordo parcialmente

Não concordo nem discordo (neutro)

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

10. A diagramação é adequada, sendo agradável ao leitor e informando claramente as passagens de seções.

Concordo plenamente

Concordo parcialmente

Não concordo nem discordo (neutro)

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

11. O produto cumpre com o objetivo de informar os estudantes do ensino médio a respeito das ações de extensão no Ifal e incentivar sua participação nas mesmas.

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo (neutro)
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

12. Você identificou erros gramaticais ou de formatação no texto da cartilha?

- Sim
- Não

13. Caso tenha respondido sim, quais os erros identificados?

14. Como você avalia a cartilha? Deixe sua avaliação e/ou críticas observadas. Estas observações são importantes para o processo de reformulação do Produto Educacional.
